

U LISBOA | UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa



HABITAR OS VAZIOS DA CIDADE

O Urbanismo como forma de integração social. O caso da Ameixoeira.

Liliana Matos Nabais

(Licenciada)

Projecto Final de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura na Área de
Especialização em Urbanismo

Júri:

Presidente do Júri

Orientadora Científica

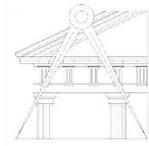
Vogal

Doutor José Luís Mourato Crespo | Professor Auxiliar

Doutora Maria Manuela da Fonte | Professora Auxiliar

Doutora Isabel Simões Raposo | Professora Associada

Lisboa | FA ULisboa | Dezembro | 2016



U LISBOA | UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa



HABITAR OS VAZIOS DA CIDADE

O Urbanismo como forma de integração social. O caso da Ameixoeira.

Liliana Matos Nabais
(Licenciada)

Projecto Final de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura na Área de
Especialização em Urbanismo

Júri:

Presidente do Júri

Orientadora Científica

Vogal

Doutor José Luís Mourato Crespo | Professor Auxiliar

Doutora Maria Manuela da Fonte | Professora Auxiliar

Doutora Isabel Simões Raposo | Professora Associada

Resumo

Título HABITAR OS VAZIOS DA CIDADE. O Urbanismo como forma de integração social. O caso da Ameixoeira	Este Projecto Final de Mestrado pretende melhorar a integração social do território da Ameixoeira que, actualmente, é considerado um território marginalizado, devido à sua génese clandestina e à multiculturalidade dos seus habitantes.
Nome Liliana Matos Nabais	A área de intervenção apresenta-se bastante isolada do centro da cidade de Lisboa por se encontrar rodeada por dois importantes eixos viários estruturantes na cidade (Eixo N/S e CRIL), sendo que estes constituem grandes barreiras físicas e visuais que, ao mesmo tempo, dificultam a abertura deste território ao restante tecido urbano e facilitam a segregação social, projectando, na população, um clima geral de insegurança.
Orientador Científico Doutora Maria Manuela da Fonte	
Mestrado Integrado em Arquitectura na área de especialização em Urbanismo	
Lisboa, Dezembro 2016	

O presente projecto pretende, portanto, delinear uma estratégia de intervenção para o território que estabeleça ligações entre os vários núcleos que o compõem, por forma a torná-lo um território mais homogéneo e comunicável, quer de si para si, quer com a envolvente próxima, quer com a cidade. Pretende-se que a solução projectada colmate a falta de equipamentos e de serviços verificada, projectando nos vazios as funções em falta, articulando-os entre si, conferindo ao território maior permeabilidade e relação entre os espaços. Deseja-se, ainda, que este projecto desperte nos moradores um sentimento de pertença e de comunidade.

A intervenção proposta para este território ambiciona, em suma, trazer coesão urbana ao território da Ameixoeira, potenciando e cosendo esta área com o tecido urbano de Lisboa e, ainda, romper com o “pré-conceito” projectado sobre estas áreas de génese ilegal.

Palavras-chave | Integração Social; Bairros Sociais; Reabilitação Urbana; Construção Clandestina; Ameixoeira.

Abstract

<p>Title INHABITING THE CITY EMPTY. Urbanism as a way of social integration. The Ameixoeira case</p>	<p>This Master's Degree Final Project aims to improve the social integration in the Ameixoeira area that is currently considered a marginalized territory due to its clandestine origins and to the multiculturalism of its inhabitants.</p>
<p>Name Liliana Matos Nabais</p>	<p>The intervention area has become quite isolated from the center of the city of Lisbon, mostly because it is surrounded by two important road structural axes of the city (Eixo N/S and CRIL), and these are major physical and visual barriers that, at the same time, hamper the opening of this territory to the rest of the urban fabric and promote the social segregation, projecting in the population, the general feeling of insecurity.</p>
<p>Scientific advisor Doctor Maria Manuela da Fonte</p> <p>Integrated master in Architecture, specialization in Urbanism</p> <p>Lisbon, December 2016</p>	<p>Therefore, this project aims to outline an intervention strategy for the territory that establishes links between the several cores that integrate it, in order to make it a more homogenous and communicable territory, either to himself or to the surrounding areas or to the city. It is intended that the projected solution will bridge the verified lack of equipments and services, projecting at the empty spaces the functions that are missing, linking them with each other, giving to the territory greater permeability in relation with the spaces. It is also pretension of this project to raise, in the inhabitants, a feeling of belonging and community.</p> <p>The proposed intervention for this territory aims, in short, to bring urban cohesion to Ameixoeira, enhancing and stitching this area with the urban fabric of Lisbon and also break with the projected prejudice onto this areas of illegal origin.</p>

Keywords | Social integration; Social neighbourhoods; Urban rehabilitation; Illegal construction; Ameixoeira.

Agradecimentos

Este Projecto Final de Mestrado, não se podia realizar sem o apoio incondicional de algumas pessoas muito especiais na minha vida e no meu percurso académico.

Desta forma, quero agradecer, de uma forma muito especial, aos meus pais, Rui e Anabela, pelo seu esforço, dedicação, disponibilidade, paciência e amor ao longo de todo o meu percurso académico e pessoal. Dou graças pela família que somos e por aprendermos e crescermos juntos.

Quero agradecer aos meus amigos, em especial aos que partilharam comigo estes anos, em Lisboa. Àqueles que fui encontrando ao longo do caminho, que continuam a caminhar ao meu lado, que se tornaram, ao longo do tempo e das subidas e descidas da vida, os melhores amigos que poderia ter e que continuam a revelar-se, todos os dias, grandes surpresas e grandes suportes emocionais. Diz-se que *“os amigos são a família que escolhemos”*, por isso, dou graças por os ter escolhido como família e por me mostrarem como, a cada dia, podemos ser uma versão melhorada de nós próprios.

Quero agradecer aos meus colegas da faculdade com quem partilhei este tempo académico, pela sua presença, dedicação, companheirismo e amizade.

Quero agradecer aos meus professores pelo papel importante que tiveram no meu percurso e crescimento académicos.

E, por fim, mas não menos importante, quero agradecer à minha orientadora, Doutora Manuela da Fonte, pela sua disponibilidade e paciência e por aceitar partilhar comigo o seu saber.

A todos, um humilde e sincero, obrigada.

Índice

Resumo	V
<i>Abstract</i>	VII
Agradecimentos	IX
Índice	XI
Índice de Figuras	XVII
Índice de Tabelas	XXVII
Lista de Acrónimos	XXXI
0 Introdução	1
0.1 Objecto de Estudo	3
0.2 Objectivos	5
0.3 Metodologia e Estrutura	7
1 Capítulo I Enquadramento teórico	11
1.1 <i>Bairro(s)</i>	13
1.2 O conceito de <i>território</i>	19
1.3 Construção Clandestina	21
1.4 A Integração Social e o Sentido Comunitário de Habitar	25
1.5 Reabilitação e Requalificação Urbana	31
1.6 Apropriação de Espaços Devolutos e Vazios Urbanos	33

2 Capítulo II Caracterização do Território da Ameixoeira	37
2.1 Análise Territorial	39
2.1.1 Contextualização Territorial	39
2.1.2 Demografia e Trajectórias Residenciais	45
2.1.3 Economia	51
2.1.4 Condições de Vida	55
2.1.5 Educação	59
2.1.6 Ambiente do Território	61
2.2 Diagnóstico SWOT	63
2.2.1 Forças	63
2.2.2 Fraquezas	63
2.2.3 Oportunidades	64
2.2.4 Ameaças	64
3 Capítulo III Projecto	65
3.1 Proposta de Intervenção no Território da Ameixoeira	67
3.1.1 Plano Estratégico	67
2.1.2 Proposta Urbana	73
4 Considerações Finais	87
Bibliografia	91
Anexos	99
Fotografias do Território da Ameixoeira	101

Painéis da Proposta de Intervenção no Território da Ameixoeira	109
Fotografias das Maquetes	129

Índice de Figuras

Figura de capa

Fonte: Autora

Figura da página de rosto

Fonte: Autora

Capítulo I | Enquadramento teórico

Figura 1 | AERA Habitat 28

Fonte:

<http://www.goethe.de/ins/be/prj/wet/tra/tou/pt11215059.htm>

Figura 2 | AERA Habitat 28

Fonte:

<http://www.goethe.de/ins/be/prj/wet/tra/tou/pt11215059.htm>

Figura 3 | Initiative Möckernkiez 28

Fonte:

<http://www.goethe.de/ins/be/prj/wet/tra/ber/pt11525900.htm> (Copyright Foto 3 Möckernkiez)

Figura 4 | Initiative Möckernkiez 28

Fonte:

<http://www.goethe.de/ins/be/prj/wet/tra/ber/pt11525900.htm> (Copyright Foto 2 LoomiLux)

Figura 5 | Buena Vista Social Housing 29

Fonte:

<http://www.goethe.de/ins/be/prj/wet/tra/tur/pt11257879.htm>

Figura 6 | Buena Vista Social Housing 29

Fonte:

<http://www.goethe.de/ins/be/prj/wet/tra/tur/pt11257879.htm>

Figura 7 | Casa del Quartière de San Salvario 29

Fonte:

<http://www.goethe.de/ins/be/prj/wet/tra/tur/pt11542803.htm> (Copyright Foto 3 Giuliano Girelli)

Figura 8 | Casa del Quartière de San Salvario 29

Fonte:

<http://www.goethe.de/ins/be/prj/wet/tra/tur/pt11542803.htm> (Copyright Foto 2 Roberto Arnaudo)

Capítulo II | Caracterização do Território da Ameixoeira

Figura 9 | Evolução dos “micro-territórios” do território da Ameixoeira 40

Fonte: Autora

Figura 10 | Localização e identificação dos “micro-territórios” do território da Ameixoeira 42

Fonte: Autora. *In:* Relatório Final Preliminar do Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano da Ameixoeira – K’CIDADE, de 2009. *In:* CEDRU

Figura 11 | Distribuição espacial dos agregados familiares multiculturais pelos “micro-territórios” do território da Ameixoeira, em 2009. 50

Fonte: Autora. *In:* Relatório Final Preliminar do Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano da Ameixoeira – K’CIDADE, de 2009. *In:* CEDRU

Figura 12 | Classes de rendimentos dos agregados familiares segundo os rendimentos que auferem do trabalho, em 2009 (%) 53

Fonte: Autora. *In:* Relatório Final Preliminar do Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano da Ameixoeira – K’CIDADE, de 2009. *In:* CEDRU

Figura 13 Estados de conservação do edificado por “micro-territórios” do território da Ameixoeira	56
Fonte: Autora	

Capítulo III | Projecto

Figura 14 Estrutura viária reabilitada	68
Fonte: Autora	
Figura 15 Espaços públicos a reabilitar	69
Fonte: Autora	
Figura 16 Demolições e construções novas	70
Fonte: Autora	
Figura 17 Novos equipamentos	71
Fonte: Autora	
Figura 18 Rua António Botto	73
Fonte: Autora	
Figura 19 Rua Projectada às Galinheiras	73
Fonte: André Barragon http://www.panoramio.com/user/833635/tags/Lisboa%20-%20Charneca?photo_page=4	
Figura 20 Topografia acentuada	74
Fonte: Autora	
Figura 21 Topografia acentuada	74
Fonte: Autora	
Figura 22 Acessos pedonais existentes	74
Fonte: Autora	
Figura 23 Acessos pedonais existentes	74
Fonte: Autora	

Figura 24 Eixo N/S VS Edificado Fonte: Autora	74
Figura 25 Largo das Galinheiras Fonte: André Barragon http://www.panoramio.com/user/833635/tags/Lisboa%20-%20Charneca?photo_page=4	75
Figura 26 Largo das Galinheiras Fonte: Autora	75
Figura 27 Alargamento do Largo das Galinheiras (antes e depois) Fonte: Autora	76
Figura 28 Locais de conflito Fonte: Autora	76
Figura 29 Locais de conflito Fonte: Autora	76
Figura 30 Vista aérea do vazio urbano Fonte: Autor. <i>In:</i> https://www.google.pt/maps/place/Galinheiras,+Lisbon/@38.7873508,-9.1560988,1401m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0xd19328108118293:0xf1d4851c84bb22d2!8m2!3d38.7929979!4d-9.1491283	77
Figura 31 Planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal de Lisboa com identificação da área de intervenção Fonte: Plano Director Municipal de Lisboa	77
Figura 32 Parque urbano Fonte: Autora	78
Figura 33 Rede de arquitectura Fonte: Autora	80
Figura 34 Ligação comercial Fonte: Autora	81
Figura 35 Escola Básica das Galinheiras Fonte: Câmara Municipal de Lisboa (Google)	81

https://www.google.pt/search?q=escola+das+galinheiras&espv=2&biw=1366&bih=638&site=webhp&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwibtr7B2bfPAhWH1B4KHU3KBIMQ_AUIBygC&dpr=1#imgrc=ReUUPV50C-wFQM%3A

Figura 36 | E. B. 1 Maria da Luz Deus Ramos
(Galinheiras) 81

Fonte: Autora

Figura 37 | Ligação desportiva 82

Fonte: Autora

Figura 38 | Cantina comunitária 82

Fonte:

https://www.google.pt/search?q=escola+eb1+maria+da+luz+de+deus+ramos&rlz=1C1GGGE_pt-PTPT646PT646&espv=2&biw=1366&bih=589&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj-tcHq783PAhXEtXQKHZmYcmkQ_AUIBigB#tbm=isch&q=cantina+social+ameixoeira&imgrc

Figura 39 | Cantina comunitária 82

Fonte: Autora

Figura 40 | Vista aérea do vazio urbano 83

Fonte: Autora. *In:*

<https://www.google.pt/maps/place/Galinheiras,+Lisbon/@38.7873508,-9.1560988,1401m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0xd19328108118293:0xf1d4851c84bb22d2!8m2!3d38.7929979!4d-9.1491283>

Figura 41 | Equipamentos sociais 84

Fonte: Autora

Figura 42 | Ligação social 84

Fonte: Autora

Anexos

Figura 43 | Vista aérea do território da Ameixoeira 101

- Fonte:** Grupo Elevo
<http://www.elevogroup.com/pt/portfolio/edificio-das-galinheiras/>
- Figura 44 |** Vista aérea do território da Ameixoeira 101
Fonte: Grupo Elevo
<http://www.elevogroup.com/pt/portfolio/edificio-das-galinheiras/>
- Figura 45 |** Estrada Militar (Galinheiras) 102
Fonte: André Barragon
http://www.panoramio.com/user/833635/tags/Lisboa%20-%20Charneca?photo_page=4
- Figura 46 |** Rua de S. José à Charneca (Galinheiras) 102
Fonte: André Barragon
http://www.panoramio.com/user/833635/tags/Lisboa%20-%20Charneca?photo_page=4
- Figura 47 |** Acessos pedonais 102
Fonte: Autora
- Figura 48 |** Espaços intersticiais entre edifícios de habitação colectiva 103
Fonte: Autora
- Figura 49 |** Espaços intersticiais entre edifícios de habitação colectiva 103
Fonte: Autora
- Figura 50 |** Estado de Conservação do edificado, Estrada da Póvoa (Galinheiras) 103
Fonte: André Barragon
http://www.panoramio.com/user/833635/tags/Lisboa%20-%20Charneca?photo_page=4
- Figura 51 |** Estado de Conservação do edificado, Estrada da Póvoa (Galinheiras) 104
Fonte: André Barragon
http://www.panoramio.com/user/833635/tags/Lisboa%20-%20Charneca?photo_page=4

Figura 52 Estado de Conservação do edificado, Estrada da Póvoa (Galinheiras)	104
Fonte: André Barragon http://www.panoramio.com/user/833635/tags/Lisboa%20-%20Charneca?photo_page=4	
Figura 53 Vila Gouveia (Galinheiras)	104
Fonte: André Barragon http://www.panoramio.com/user/833635/tags/Lisboa%20-%20Charneca?photo_page=4	
Figura 54 Azeitona das Galinheiras	105
Fonte: André Barragon http://www.panoramio.com/user/833635/tags/Lisboa%20-%20Charneca?photo_page=4	
Figura 55 Rua do Bairro da Nova Brasília (Galinheiras)	105
Fonte: André Barragon http://www.panoramio.com/user/833635/tags/Lisboa%20-%20Charneca?photo_page=4	
Figura 56 Recinto da Feira das Galinheiras	105
Fonte: Autora	
Figura 57 Edificado devoluto	106
Fonte: Autora	
Figura 58 Vazio urbano	106
Fonte: Autora	
Figura 59 Vazio urbano	106
Fonte: Autora	
Figura 60 Vazio urbano e vistas	107
Fonte: Autora	
Figura 61 Vazio urbano e vistas	107
Fonte: Autora	
Figura 62 Vazio urbano e vistas	107
Fonte: Autora	
Figura 63 Maquete do território em intervenção (escala 1.2000)	129

Fonte: Autora

Figura 64 | Maquete do território em intervenção
(escala 1.2000) 130

Fonte: Autora

Figura 65 | Maquete do território em intervenção
(escala 1.2000) 130

Fonte: Autora

Figura 66 | Maquete de aproximação à zona de
intervenção 1 (escala 1.1000) 130

Fonte: Autora

Figura 67 | Maquete de aproximação à zona de
intervenção 1 (escala 1.1000) 131

Fonte: Autora

Figura 68 | Maquete de aproximação à zona de
intervenção 2 (escala 1.1000) 131

Fonte: Autora

Figura 69 | Maquete de aproximação à zona de
intervenção 2 (escala 1.1000) 131

Fonte: Autora

Figura 70 | Maquete de aproximação à zona de
intervenção 3 (escala 1.1000) 132

Fonte: Autora

Figura 71 | Maquete de aproximação à zona de
intervenção 3 (escala 1.1000) 132

Fonte: Autora

Figura 72 | Maquete de aproximação à zona de
intervenção 3 (escala 1.1000) 132

Fonte: Autora

Índice de Tabelas

Capítulo II | Caracterização do Território da Ameixoeira

Tabela 1 | População inquirida por sexo e faixas etárias e estimativa da população residente, por “micro-território”, em 2009. 46

Fonte: Autora. *In:* Relatório Final Preliminar do Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano da Ameixoeira – K’CIDADE, de 2009. *In:* CEDRU

Tabela 2 | População inquirida segundo grupos de idade, em 2009. 47

Fonte: Autora. *In:* Relatório Final Preliminar do Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano da Ameixoeira – K’CIDADE, de 2009. *In:* CEDRU

Tabela 3 | Motivo de mudança de residência actual dos indivíduos inquiridos, por “micro-território”, em 2009. 49

Fonte: Autora. *In:* Relatório Final Preliminar do Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano da Ameixoeira – K’CIDADE, de 2009. *In:* CEDRU

Tabela 4 | Proporção de agregados que auferem, mensalmente, de múltiplas fontes de rendimento, em 2009 (%). 52

Fonte: Autora. *In:* Relatório Final Preliminar do Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano da Ameixoeira – K’CIDADE, de 2009. *In:* CEDRU

Tabela 5 | População idosa que aufere pensões segundo as classes de rendimentos, em 2009 (%). 53

Fonte: Autora. *In:* Relatório Final Preliminar do Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano da Ameixoeira – K’CIDADE, de 2009. *In:* CEDRU

Capítulo III | Projecto

Tabela 6 | Áreas de intervenção do Projecto Urbano 85

Fonte: Autora

Lista de Acrónimos

AIL | Aeroporto Internacional de Lisboa

AML | Área Metropolitana de Lisboa

AUGI | Áreas Urbanas de Génese Ilegal

CEDRU | Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano

CML | Câmara Municipal de Lisboa

CRIL | Cintura Regional Interna de Lisboa

Eixo N/S | Eixo Norte/Sul

FAUL | Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

GEBALIS | Gestão de Bairros Municipais de Lisboa

INE | Instituto Nacional de Estatística

ISCTE IUL | Instituto Superior de Ciências e Tecnologias Empresariais do Instituto Universitário de Lisboa

OMS | Organização Mundial de Saúde

PALOP | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PER | Programa Especial de Realojamento

PFM | Projecto Final de Mestrado

RSI | Rendimento Social de Inserção

RVCC | Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

SWOT | Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats¹

TIC | Tecnologias de Informação e Comunicação

¹ Tradução livre: Forças, Fraquezas, Oportunidades, Ameaças

Introdução

*“Só as casas explicam que exista uma palavra como intimidade.
Sem casas não haveria ruas, as ruas onde passamos uns pelos
outros, mas passamos principalmente por nós.”*

Ruy Belo² in *Todos os Poemas*

² Ruy Belo (1933-1978) foi um poeta e ensaísta português. Iniciou o curso de Direito na Universidade de Direito de Coimbra, em 1951, terminando-o, em 1956, na Faculdade de Direito de Lisboa. Doutorou-se na Universidade S. Tomás de Aquino, em Roma, em Direito Canónico.

0.1 | Objecto de Estudo

O urbanismo pode ser compreendido em três níveis ou escalas: (1) a escala dos elementos morfológicos, onde podemos identificar o edificado, o traçado, a arborização ou estrutura verde e o mobiliário urbano; (2) a escala do bairro, que se forma a partir de um conjunto de quarteirões; e, por fim, (3) a escala da cidade, composta por um aglomerado de bairros (CRESPO, 2012). Partindo desta referência às escalas da cidade, pretende-se que este Projecto Final de Mestrado incida, essencialmente, naquela que é denominada a *escala do bairro*.

Assim, após uma observação geral de territórios periféricos, situados na coroa norte da cidade de Lisboa, aquilo que se verificou foi um grande isolamento destes territórios face à restante cidade apresentando, portanto, diversos problemas ao nível da sua integração social. Este é um tema cada vez mais discutido, sendo necessário o estreitamento das ligações entre estas áreas e o centro da cidade. Desta forma, escolheu-se como caso de estudo o território da Ameixoeira por ser, exactamente, um desses territórios “pré-conceituados”³ e, portanto, marginalizado e com carências a vários níveis.

A parte do território da Ameixoeira em questão é um território bastante isolado do centro da cidade, delimitado, a Norte, pelos concelhos de Odivelas e Loures e, a Sul, “enclausurado” pela CRIL (Cintura Regional Interna de Lisboa) e pelo Eixo N/S (Eixo Norte/Sul), que constituem eixos viários estruturantes na cidade e grandes barreiras físicas e visuais que dificultam a abertura deste território ao restante tecido urbano e facilitam a segregação social e étnica. Os principais acessos a este território fazem-se a partir do centro histórico da Ameixoeira,

³ “pré-conceituados” (ou “pré-conceito”) é uma expressão utilizada pela autora do PFM, ao longo do documento, para realçar a imagem pejorativa que é projectada por terceiros, sem um conhecimento prévio e efectivo, no território da Ameixoeira.

ao qual se acede pela freguesia do Lumiar, ou pelo Eixo N/S ou, ainda, pela Estrada Militar.

O território escolhido é um lugar com elevada necessidade de reabilitação ao nível dos acessos, quer das vias de circulação, quer dos transportes públicos colectivos; ao nível do edificado; ao nível dos equipamentos e serviços; e ao nível dos espaços públicos.

0.2 | Objectivos

O tema deste Projecto Final de Mestrado, *Habitar os Vazios a Cidade. O Urbanismo como forma de integração social. O caso da Ameixoeira* surge da necessidade observada de dar resposta a um problema de integração social das áreas urbanas de génese ilegal (AUGI) no contexto da cidade.

O objectivo principal deste projecto é, portanto, melhorar a integração de um território, à partida marginalizado, no contexto da cidade de Lisboa. Este objectivo pretende responder às carências, anteriormente mencionadas, do território da Ameixoeira. A partir deste objectivo principal, ramificam-se outros objectivos que se denotam na leitura de parte do título, *Habitar os Vazios da Cidade*, sendo que se pretende dar resposta às carências do território em questão, aproveitando os vazios encontrados no território, para construir neles habitação, equipamentos e serviços. Pretende-se que a proposta projectual, resultante da abordagem deste tema, nos ofereça um território mais autónomo e uma cidade mais socialmente integrante, sustentável e equilibrada do ponto de vista urbanístico e arquitectónico.

Os objectivos deste tema ramificam-se ainda em perceber o papel de responsabilidade social que o arquitecto, e o arquitecto urbanista têm na transformação da cidade, sendo que podemos observar a cidade como um lugar de permanências e transições, em constante mudança. Hoje em dia, ainda se assiste ao mito de que o arquitecto é alguém cuja profissão se encarrega, maioritariamente, das questões relacionadas com grandes obras icónicas e de grande expressão estética, podendo, muitas vezes, remeter-nos para a ideia redutora de luxo. No entanto, a carreira profissional em arquitectura pode orientar-nos para sermos convocados, enquanto profissionais da área, para uma responsabilidade social fundamental. Ao perguntarmo-nos para quem desejamos

que seja a nossa vocação, a nossa profissão, a resposta deveria ser óbvia. Deveríamos desejar que o urbanismo e a arquitectura que praticamos se debruçasse sobre as pessoas, sobre as suas necessidades, que pudesse olhá-las e dar-lhes resposta. O urbanismo e a arquitectura tornam-se ainda mais interessantes quando são inclusivos e funcionais, respondendo às necessidades, aos territórios e às pessoas específicos. Com esta perspectiva, percebe-se que o arquitecto tem um papel fundamental ao intervir na construção da cidade, sendo que desempenha funções da máxima importância, uma vez que, é ele um dos responsáveis pela constante transformação dos espaços, hierarquizando-os como lugares de permanência e transição, como acima foi referido. O arquitecto é, ainda, nesta óptica, um dos responsáveis pelas interacções que se estabelecem na cidade, uma vez que a cidade é um lugar de encontro e de relação e nela concorrem relações entre si própria, a arquitectura e a pessoa.

Pretende-se então que o urbanismo e a arquitectura assumam a dialéctica da capacidade de adaptação às necessidades da população e da cidade, reforçando a importância da integração social no ensaio da arquitectura em rede, desenvolvendo um sentido crítico do urbanismo e da arquitectura enquanto suporte social.

0.3 | Metodologia e Estrutura

A metodologia deste Projecto Final de Mestrado desenvolveu-se em várias fases. Na primeira fase, procedeu-se a um trabalho de campo, de visita e observação dos territórios da coroa norte da cidade de Lisboa, por forma a eger uma área de intervenção para o desenvolvimento do projecto. Após ter sido decidido que a área de intervenção seria o território da Ameixoeira, foram feitas visitas recorrentes ao local para levantamento de dados para o projecto. Algumas destas visitas foram acompanhadas por actores locais, nomeadamente, órgãos sociais da Junta de Freguesia de Santa Clara (Ameixoeira); numa fase posterior, como resultado da observação da área de intervenção foram identificados os problemas do território; por fim, foi feita uma proposta projectual (estratégica e urbana) para o local, decorrente da leitura do território anteriormente efectuada.

Relativamente à estrutura do Projecto Final de Mestrado, este estrutura-se em cinco principais capítulos, sendo que, o primeiro momento, é dedicado à definição dos objectivos e à formulação das questões de trabalho; num segundo capítulo, temos uma abordagem mais geral de enquadramento teórico e introdução ao tema, analisando o estado do conhecimento acerca das questões levantadas; num terceiro momento, procede-se à caracterização do objecto de estudo, recorrendo à análise de dados e a visitas ao local de intervenção; num quarto momento, faz-se a proposta de intervenção para o local, por forma a dar respostas objectivas aos problemas encontrados; num quinto momento, tecem-se as considerações finais acerca da proposta apresentada e daquilo que a mesma poderá trazer de novo ao tecido urbano pré-existente. Pretende-se, portanto, que a metodologia de execução seja desenvolvida de acordo com os seguintes parâmetros:

0. Definição de objectivos, formulação de questões de trabalho | Nesta fase do trabalho, procede-se à observação dos territórios da coroa norte de Lisboa, com o intuito de se definir um caso de estudo e objectivos de trabalho e questões a que possam ser dadas respostas no desenvolvimento deste Projecto Final de Mestrado e é ainda definida a metodologia aplicada durante o processo de trabalho.

1. Enquadramento teórico | Neste capítulo serão apresentadas as questões levantadas e proceder-se-á à compreensão dos conceitos associados ao sub-tema *O Urbanismo como forma de integração social*, nomeadamente, conteúdos relativos aos conceitos de *bairro* e *território*, relativos à construção clandestina, à integração social e ao sentido comunitário de habitar, a diferenciação entre reabilitação urbana e requalificação urbana e, ainda, apropriação de espaços devolutos e vazios urbanos. Estas matérias foram esclarecidas através da leitura de conteúdos bibliográficos, constituídos por livros, artigos científicos, teses de mestrado e doutoramento neste âmbito e documentos electrónicos.

2. Caracterização do território da Ameixoeira | A caracterização do território da Ameixoeira será apresentada sob diversos tópicos, tentando explorar, ao máximo, questões fundamentais, realçando-se, a contextualização territorial, a demografia e as trajectórias residenciais, a situação económica, as condições de vida, a educação e o ambiente do território. Esta caracterização teve por base a análise de um relatório do K’CIDADE - Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano da Ameixoeira, cedido pelos órgãos de apoio social da Junta de Freguesia de Santa Clara (Ameixoeira). Este relatório é resultado da aplicação de inquéritos aos agregados

familiares do território e reflecte valores relativos ao ano de 2009. Na análise da caracterização do território, houve também um trabalho de observação directa, quer em visitas individuais, quer em visitas e explicações acompanhadas pelos mesmos órgãos de apoio social e de registo fotográfico do espaço e dos usos do espaço.

No decorrer desta fase de caracterização do território, procedeu-se ainda à actualização da cartografia da área de intervenção, visto que a cartografia se encontrava, relativamente, desactualizada face à observação local. Foram identificados os vários “micro-territórios” que compõem a zona da Ameixoeira em questão e foi feito um diagnóstico SWOT⁴ para ser possível avançar para a próxima fase do Projecto Final de Mestrado.

3. Projecto | Após a definição da estratégia, com base na análise SWOT desenvolvida na fase anterior, procedeu-se à fase efectiva de projecto. Nesta fase, pretende-se formular hipóteses de projecto que respondam aos problemas apresentados numa primeira instância. Ao longo do estudo da resposta ao problema, pretende-se que surjam propostas a nível estratégico de relação do território em intervenção com os territórios envolventes e com o restante tecido urbano da cidade de Lisboa, melhorando as acessibilidades e a mobilidade; a nível urbano, estruturando planos para o território; e a nível arquitectónico, procurando dar resposta a problemas e carências pontuais e concretas, nomeadamente, a falta de serviços e equipamentos.

4. Considerações finais | As considerações finais, pretendem avaliar as soluções encontradas na aplicação do tema proposto e pretende-se explicar de que forma este projecto contribuiu para a resolução da questão

⁴ Um diagnóstico SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats) é uma ferramenta que ajuda a compreender quais são as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do objecto em análise, possibilitando que, a partir desta análise, se delinear uma estratégia de intervenção.

inicial acerca da falta de integração social, especificamente, do território da Ameixoeira no contexto urbano da cidade de Lisboa.

- 5. Anexos** | Dos anexos deste Projecto Final de Mestrado constam fotografias do território da Ameixoeira que pretendem ilustrar as várias vertentes em análise; os painéis finais de projecto com apresentação da análise do território, estratégia e projecto urbano desenhado em várias escalas; e fotografias das maquetes da área de estudo.

Capítulo I | Enquadramento teórico

Na sequência do tema proposto para Projecto Final de Mestrado, torna-se necessário aprofundar e clarificar alguns conceitos associados à problemática da integração social e do território da Ameixoeira escolhido para o desenvolvimento do trabalho.

1.1 | *Bairro(s)*

Ainda que o território escolhido como área de intervenção neste Projecto Final de Mestrado não possa, à partida, ser definível como um único bairro, uma vez que é composto por vários conjuntos de edifícios dispersos e sem grande relação entre si, funcionando, cada um desses conjuntos, de forma bastante isolada, considera-se importante esclarecer o conceito de *bairro*.

A palavra *bairro* tem uma conotação polissémica, dificultando a sua clarificação. Crê-se que a origem de *bairro* possa derivar do árabe *bárrī*, cujo significado seria *exterior* ou *subúrbio*, tendo entrado na Língua Portuguesa por via do latim *barrium* (Houaiss, 2003, I: 490). No entanto, também se defende que deriva do latim vulgar *barra* com um sentido de *travessa* ou *divisória*, de onde se formou o adjetivo *barriu* que denomina *aquele que está do lado de fora*. O prefixo *barr-*, que significa argila, deu origem à palavra *barro*, sendo que o seu significado podia associar-se a *pequeno povoado rural, lugar pequeno, aldeia, quinta ou casa de campo* (VITERBO, 1798/1983: II. 23 in CONCEIÇÃO, 2013). Por sua vez, *bárrīo* significa *terreno inculto apto à agricultura, situado na proximidade de um povoado ou de um outro terreno cultivado* (CONCEIÇÃO, 2013). Estamos, portanto, perante a hipótese de associar que, o conceito de *bairro* enquanto zona habitada, teve origem na ocupação de terrenos de cultivo que se foram convertendo em zonas residenciais, na periferia de centros urbanos que, com o seu

crescimento, se foram tornando parte da cidade, como hoje os reconhecemos. Qualquer que seja a sua dimensão, *bairro*, é sempre considerado como uma área urbana, cuja etimologia nos permite perceber um certo carácter de individualização relativamente a outro espaço urbano ou a outro grupo de habitantes, dado que o conceito também se associa à identificação com um sentido de pertença a uma comunidade.

Relativamente a este sentido de pertença a uma comunidade, entende-se que o *bairro* é um lugar destinado à convivência, sendo que a valorização deste sentimento leva os seus habitantes a esquecerem a noção de limites (*É talvez por isso que hoje, mesmo se sabemos em que bairro habitamos e do qual retiramos um sentimento de pertença, não temos noção exata dos seus limites* (LIRA, 2010: 66 in CONCEIÇÃO, 2013)). Ainda associado a esta ideia de identidade e pertença, Kevin Lynch, diz-nos que *os bairros são áreas (...) em que o observador pode penetrar mentalmente, e que têm alguns aspectos comuns. Podem estar organizados do ponto de vista interno e, ocasionalmente, podem servir de ponto de referência externo, quando alguém por eles passa ou os atravessa.* (LYNCH, 2009: 70).

O conceito *bairro*, quando usado em contexto urbano, depende de muitos factores, maioritariamente sociológicos. Inicialmente os bairros surgiram como uma forma de organização populacional sem preocupação política (MUMFORD, 1998) e, actualmente, os bairros podem ser definidos como locais com usos mistos (habitação, equipamentos e serviços) e autosuficientes, podendo ser formados por elementos horizontais ou verticais e situando-se quer no centro da cidade, quer nas periferias. Ao considerar-se as funções sociais, a implantação e a morfologia da zona onde se inserem, os bairros podem ser classificados em três conjuntos:

1. **bairros periféricos ou suburbanos:** dizem respeito à área habitada localizada na periferia dos centros urbanos;
2. **bairros sociais:** relativos aos conjuntos habitacionais onde habitam as classes sociais com menor capacidade

económica, sendo que a habitação é, por norma, de baixo custo;

3. **bairros tradicionais:** referentes aos conjuntos habitacionais consolidados e com forte identidade social. (CONCEIÇÃO, 2013).

Dada a natureza deste Projecto Final de Mestrado, considera-se importante nomear e aprofundar a temática sobre os *bairros clandestinos*.

Num primeiro momento, importa esclarecer que *bairros clandestinos* e *bairros de barracas* não são o mesmo tipo de bairros, uma vez que a génese de ambos é diferente. Estas são duas realidades muito diferentes. Os bairros de barracas surgiram no território devido à falta de habitação, levando a que as pessoas se fixassem aleatoriamente onde havia espaço. Neste tipo de bairros *abarracados* não há processo de loteamento e as construções assumiam um carácter de precariedade pela fraca qualidade nos materiais utilizados. O Programa Especial de Realojamento (PER) surgiu em 1993 como um plano para dar resposta aos bairros nesta situação, como é possível ler na Alínea 2, do Artigo 1º, do Decreto-Lei nº 163/93, de 07 de Maio: *O Programa tem como objectivo a erradicação definitiva das barracas existentes nos municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mediante o realojamento em habitações condignas das famílias que nelas residem.*

Por sua vez, a origem dos *bairros clandestinos* deve-se, sobretudo, aos movimentos migratórios, ocorridos nos anos 60, das zonas rurais do país para as cidades, cujo destino era, preferencialmente, a Área Metropolitana de Lisboa (AML). Devido à crescente procura de habitação própria com a devida comodidade e devido à falta de poder económico, as famílias acabaram por ocupar as periferias, originando loteamentos clandestinos, designados desta forma por não cumprirem a legislação em vigor relativa aos loteamentos, ou seja, o território passava pelo processo de loteamento, no entanto, não era permitida a construção efectiva das habitações. Uma vez que a preocupação principal se direccionava para a

habitação, o planeamento urbano destes espaços ficou comprometido, não havendo cuidado com o espaço público, sendo que o mesmo adquiriu uma descaracterização e uma inviabilização nas interacções sociais entre os moradores. (FERNANDES, 2015).

Em 1995, com a Lei das AUGI (Lei nº91/95, de 02 de Setembro), surgiu um novo conceito para denominar os *bairros clandestinos*: AUGI – Áreas Urbanas de Génesis Ilegal. A Lei das AUGI surge como ferramenta de reconversão urbanística destas áreas urbanas, sendo que *a reconversão urbanística do solo e a legalização das construções integradas em AUGI constituem dever dos respectivos proprietários ou comproprietários*, como se pode ler na Alínea 1, do Artigo 2º, da Lei nº 91/95, de 02 de Setembro.

Estes *bairros clandestinos* apresentam dimensões e tipos de edificado diferenciados e o seu aparecimento deve-se a factores de localização e à sua construção. Relativamente à localização, a implantação destes bairros deriva da proximidade com os locais de trabalho e dos limites do concelho e, ainda, do custo do terreno. Note-se que eles formam-se normalmente na periferia de centros urbanos assumindo uma forma de cintura que envolve estes mesmos centros. Quanto à sua construção, conforme vimos anteriormente, os loteamentos são inicialmente clandestinos. Muitas vezes depois do proprietário pagar a primeira multa, uma vez que não existe licenciamento, este assume que pode continuar a construção sem proceder à sua legalização. O desenho destes bairros assume-se muito rudimentar, com uma malha ortogonal que ignora a topografia e dá origem a ruas muito inclinadas e a construções de difícil acesso. As casas variam entre um tipo de construção simples onde, numa primeira fase da construção, se envergam apenas as paredes exteriores e onde se recorre a uma fraca diversidade de materiais, quer num sentido quantitativo, quer num sentido qualitativo. Numa segunda fase as paredes são reconstruídas, constroem-se as divisões interiores, equipam-se as cozinhas e as instalações sanitárias. Por outro lado, existe uma construção mais evoluída cuja construção tem o objectivo do lucro e onde a regra é *meter o maior número de pessoas no menor espaço*

possível (SALGUEIRO, 1972: 38). Neste tipo de construção, as divisões interiores da casa multiplicam-se e são acrescentados pisos em níveis superiores. Este segundo tipo de construção, mais evoluída, está na origem das villas operárias (*conjunto de moradias alinhadas, usufruindo de um logradouro comum*. (SALGUEIRO, 1972: 39)) e dos prédios (*edifícios com dois ou mais pisos, semelhantes aos que se encontram no interior da cidade; têm escada interior, no geral, sem caixa de elevador, e dois ou três inquilinos por andar*. (SALGUEIRO, 1986: 39)).

Geralmente, nos *bairros clandestinos*, o tipo de edifícios que se constrói depende de vários factores: o tempo para a sua construção, sendo que quanto menos tempo se tem para a construção mais facilmente a construção assume uma expressão *abarracada*; a topografia, propiciando a construção de caves e subcaves; a capacidade de investimento, uma vez que quanto mais se pode investir na construção, mais a construção evolui, dando origem às casas anteriormente mencionadas, com aumento do número de pisos e com um maior aproveitamento da área do lote para a edificação de outras habitações; e o desejo de lucro, que surge a partir da especulação, sendo que esta começa logo com a fase do loteamento e, mais tarde, com o aluguer das habitações que foram construídas.

Podemos concluir que, actualmente existem ainda muitos bairros de carácter clandestino, sendo que necessário que se realizem acções territoriais de realojamento e de integração dos habitantes, uma vez que estes bairros são parte integrante das cidades e, uma vez que se assiste, cada vez mais, ao fenómeno do crescimento das periferias, como local privilegiado para o estabelecimento das famílias.

1.2| O conceito de *território*

Dizia-se no início do sub-capítulo anterior, que o território da Ameixoeira, não podia ser definido como um único bairro, dada a heterogeneidade dos conjuntos habitacionais e extensão do mesmo. Em vários momentos deste Projecto Final de Mestrado, vamos ler a denominação da área de intervenção como o *território da Ameixoeira*. Assim, torna-se pertinente esclarecer o conceito de *território* por forma a termos noção da sua abrangência.

Mais uma vez, estamos perante um conceito polissémico. Geralmente, a palavra *território* é usada para *referir uma porção de espaço, não necessariamente bem delimitado e identificado, apropriado por pessoas ou animais* (ALEGRIA, s.d.: 1). O conceito tem origem no latim e sabe-se que já era usado no século XIV, sendo que, só no século seguinte, aquando da Idade Moderna, o conceito se difundiu num sentido político e jurídico, congregando três ideias: (1) a de *dominação, ou posse, ligada a um poder juridicamente legitimado*; (2) a de *área controlada*; e (3) a de *limites materializados por uma fronteira* (ALEGRIA, s.d.: 1). A partir desta época, o conceito associou-se a aspectos administrativos e de planeamento do território. Maryvonne Le Berre⁵ define *território* como a *porção da superfície terrestre apropriada por um grupo social com a finalidade de assegurar a sua reprodução e a satisfação das suas necessidades* (LE BERRE, 1994: 622 in ALEGRIA, s.d.: 3). Desta definição, podemos concluir que os *territórios* são pedaços da superfície terrestre de diferentes extensões e que derivam da apropriação dos seus habitantes.

O conceito de *território* comporta ainda um *sentido de identidade e de apropriação de um espaço, com uma determinada localização, situação, forma, aspecto físico,*

⁵ Maryvonne Le Berre (1940-2012), geografa francesa reconhecida pela sua investigação acerca da noção de território.

propriedades e aptidões (ALEGRIA, *s.d.*: 2), sendo que, estes aspectos, se tornam verdadeiramente importantes tendo em consideração o uso que o ser-humano faz deles.

Os *territórios* podem ser analisados sob três perspectivas: (1) entidade territorial; (2) materialidade natural; e (3) organização social. A entidade territorial dá-nos a noção de que, cada território se identifica por um nome, permitindo que aqueles que o utilizam se identifiquem e unifiquem com ele. A materialidade natural dá-nos conta de que os territórios compreendem propriedades físicas específicas, nomeadamente, localização, forma, dimensão, relevo, clima, solo, vegetação, entre outros. Por sua vez, a organização social indica-nos que cada território tem a sua organização individual. (ALEGRIA, *s.d.*).

1.3 | Construção Clandestina

Uma das questões principais que surge a partir do tema, em grande parte devido à natureza do território escolhido, é a questão da construção clandestina.

Já abordámos a génese dos bairros clandestinos, mas talvez seja importante esclarecer a origem deste tipo de construção. O fenómeno da construção clandestina surge, em Portugal, devido à Revolução Industrial. Como sabemos, a Revolução Industrial transformou os antigos processos de produção artesanais em processos mecanizados, utilizando o vapor como fonte de energia. Estas transformações viabilizaram um grande avanço na actividade económica do país, tornando possível que as distâncias fossem percorridas mais rápida e facilmente. Desta forma, o país assistiu à transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, possibilitando um acelerado crescimento dos grandes centros urbanos. Este acentuado crescimento demográfico teve consequências na qualidade de vida da cidade, uma vez que a oferta de habitação não conseguiu acompanhar o ritmo deste crescimento. (FERNANDES, 2015).

Tal como noutros países, [em Portugal] a industrialização e a terciarização conheceram fortes impulsos, a diminuição da população rural e agrícola atingiu valores significativos, intensificaram-se as migrações dos campos para as cidades. O produto interno cresceu a taxas inéditas, aliás não repetidas ulteriormente. Diminuíram-se as taxas de natalidade e de mortalidade infantil. Tudo como nos outros países, uma vez mais. Mas mais tarde e a ritmos mais acelerados. (BARRETO, 1996: 35).

Como consequência deste crescimento, a habitação promovida pelo sector privado entrou em crise e a habitação promovida pelo Estado tornou-se cada vez mais reduzida devido à falta de financiamento. A construção clandestina passou a ser uma possível resposta à escassez de oferta habitacional. Considera-se *construção clandestina* toda a construção particular sem autorização legal das câmaras municipais, uma vez que esta não passou pela aprovação dos órgãos de licenciamento e controlo das obras realizadas pelos particulares (MATOS, *s.d.*). Se, por um lado, a habitação clandestina se tornou uma resposta às necessidades de habitação com menores custos, por outro lado, rapidamente se tornou um ponto de investimento para os imigrantes, dando origem a uma especulação do mercado imobiliário que, por sua vez, consistiu num incentivo ao estabelecimento de pequenas empresas de construção.

Para o desenvolvimento do mercado clandestino contribuíram diversos factores, entre eles: factores económicos, institucionais e culturais. Quando se fala de factores económicos fala-se, sobretudo, nos baixos rendimentos da população, limitando a aquisição de habitação dados os elevados custos da mesma; fala-se ainda na escassez de habitação pelos sectores público-privados, na especulação fundiária e na dificuldade de acesso ao crédito à habitação. Relativamente aos factores institucionais, podemos nomear a demora nos processos de legalização dos licenciamentos de construção e o facto de a legislação beneficiar, especialmente, os grandes promotores. Sobre os factores culturais, as causas que podem ser associadas ao desenvolvimento do mercado clandestino prendem-se com o tipo de habitação, uma vez que a população, aquando da transição rural-urbano, começou a privilegiar um tipo de habitação isolada com quintal e começou, ainda a dar valor ao peso ideológico da casa própria como forma de legado patrimonial aos descendentes. (MATOS, *s.d.*).

Observam-se assim diferenças entre o mercado legal e o mercado clandestino. Por um lado, no mercado legal, o processo de construção inicia-se com a aquisição do solo, passando pelo loteamento, pela infra-estruturação, pela

construção, chegando finalmente à comercialização da habitação. Por outro lado, no mercado clandestino, a fase de aquisição do solo é, por si só, uma etapa fundamental, uma vez que permite aos proprietários iniciarem de imediato a construção, independente dos processos legais de administração pública. A construção clandestina permite um investimento faseado, que se adequa à capacidade financeira dos proprietários.

Em suma, podemos dizer que a construção clandestina *surge (...) com a expressão que tem porque a estrutura do mercado normal de habitação não é adequada às necessidades reais das pessoas em termos de alojamento* (SALGUEIRO, 1986: 260). Podemos, ainda, concluir que é necessário reconhecer que este fenómeno da construção clandestina continua a existir, efectivamente em Portugal e que, não sendo marginalizado, pode ser diminuído, aumentando a oferta de terrenos a preços acessíveis e facilitando os processos de legalização.

1.3| A Integração Social e o Sentido Comunitário de Habitar

Sendo que o objectivo principal deste Projecto Final de Mestrado é melhorar a integração de um território no contexto da cidade, torna-se importante questionar o significado da palavra *integração*.

A palavra *integração* teve a sua origem no latim *integrare*, que determina o acto ou efeito de integrar ou de incluir novos elementos num sistema, sendo sinónimo de assimilação e adaptação. No âmbito social, a *integração* consiste na introdução de indivíduos em contextos gerais. Segundo o sociólogo português João Ferreira de Almeida⁶, a *integração é antes definível como pluralidade vasta, aberta e mutável de estilos de vida, todos partilhando a cidadania. (...) Trata-se não apenas da posse de competências virtuais ligadas à vida social, mas do efectivo uso delas.* (ALMEIDA, 1993: 829-834). A *integração social* é, portanto, um processo que pretende incluir os indivíduos num sistema que beneficie a todos.

A arquitectura de integração emerge como uma forma consolidada de reutilizar as arquitecturas, a estrutura e elementos construtivos do edificado antigo, adaptando-o às necessidades do viver contemporâneo. (SANTOS, 2011: 9).

Quando o Homem se integra num sistema, passa a habitar nele. *Habitar* é uma acção própria do ser-humano, no espaço e no tempo.

A essência do Homem traduz-se na acção de habitar – o uso, a apropriação que o Homem faz do seu

⁶ João Ferreira de Almeida é professor catedrático no ISCTE IUL (Instituto Superior de Ciências e Tecnologias Empresariais do Instituto Universitário de Lisboa), doutorado, em 1984, pela mesma faculdade, na área das ciências sociais-sociologia.

espaço e no seu tempo próprio. Habitar é um verbo do Homem. (BARRETO, 2011: 17).

Desta forma, a questão da integração dos indivíduos numa estrutura, leva-nos à questão da habitação.

Ao nível da arquitectura e, numa perspectiva menos alargada, ao nível da habitação, são inúmeras as soluções encontradas e testadas na área da integração social. Falamos, objectivamente, de habitação social.

Todos os espaços se destinam à passagem e ao encontro. São intermédios e intermediários, articulados e articuladores. São isto e aquilo, sempre “betwixt and between”⁷. Estarão abertos, disponíveis para receber este e aquele, nós e os outros, cada um e o seu oposto. Cabe-nos corresponder-lhes, interpretá-los, praticá-los; usá-los como pretextos, provocações; como geradores de afectos e depósitos de memórias. (MARTINS, 2006: 292 in ANJOS, 2013: 13).

Devemos, ainda, questionar-nos sobre o sentido comunitário de habitar ou sentido de vivência em comunidade. Do ponto de vista da sociologia, a comunidade é um grupo de indivíduos que se contrói e se organiza tendo como base um conjunto de normas e que vive no mesmo local.

Em arquitectura, o sentido de viver em comunidade explora-se, de certa forma, a partir do *Co-Housing*. O *Co-Housing* é o conceito que define uma comunidade composta por casas privadas, cujas vivências de comunidade se desenvolvem em espaços e serviços comuns. A comunidade é gerida pelos residentes, que dividem entre si as tarefas diárias, entre elas cozinhar, cuidar das crianças, tratar dos jardins e administrar a comunidade. Este tipo de habitar facilita a interação dos residentes, contribuindo para um bem-estar social e tem ainda vantagens e benefícios económicos e ambientais. O *Co-Housing* teve a sua origem na década de 60, na Dinamarca, tendo-se expandido rapidamente para outros contextos,

⁷ *Entre uma coisa e outra, sem posição definida. (Tradução livre pelo autor).*

nomeadamente, nos Estados Unidos da América. (THE COHOUSING ASSOCIATION OF THE UNITED STATES, 2014).

Ainda neste sentido comunitário do habitar e da própria participação pública no processo de criar condições para a habitação, a arquitectura tem explorado novos projectos neste contexto. O Projecto *We-Traders, Troca-se crise por cidade*, presente nas cidades europeias de Madrid, Turim, Berlim, Lisboa e Toulouse tem sido um exemplo de como a participação pública é um grande motor desta temática. Os *We-Traders* são *cidadãos que tomam a iniciativa e fazem parte da realização da cidade* que, com as suas iniciativas, redefinem *a relação entre valor, lucro e interesse público e convidam outros cidadãos a fazer o mesmo*. (WE-TRADERS, 2014). Neste projecto do Goethe Institut⁸ estão envolvidos desde artistas a designers, activistas e pessoas de contextos europeus diferenciados. Nas cinco cidades envolvidas, os *We-Traders*, tentam dar respostas às crises presentes *desde cofres vazios e polarização social, até uma sociedade cívica vulnerável devido a um crescimento excessivo*. (WE-TRADERS, 2014). Estes *We-Traders* são muito interessantes, uma vez que possibilitam o aumento da sustentabilidade a nível ecológico, económico e social. Quanto a este projecto, há que verificar que práticas têm sido eficazes, qual a adaptabilidade dos conceitos aos outros contextos e de que forma interagem as iniciativas privadas com as instituições públicas.

O *We-Traders, Troca-se crise por cidade*, relativamente à arquitectura e à habitação, tem quatro projectos, especialmente interessantes, os projectos *AERA Habitat* (Toulouse, França), *Iniative Möckernkiez* (Berlim, Alemanha), *Buena Vista Social Housing* (Turim, Itália) e *Casa del Quartière de San Salvario* (Turim, Itália).

Acerca destes projectos em específico: o *AERA Habitat*, na cidade de Toulouse, em França, é um projecto que tem como principal foco de intervenção a habitação social nos bairros sensíveis, dando resposta à crise económica, social e ecológica,

⁸ O Goethe Institut é o Instituto Cultural da República Federal da Alemanha. Este instituto promove a língua alemã e apoia a cooperação cultural internacional em todo o mundo.

chamando as famílias a reforçar o sentido comunitário explorado anteriormente. Por forma a *assegurar a inclusão social e alojamento das famílias que não têm acesso ao crédito à habitação, a AERA desenvolve (...) e testa métodos que envolvem os membros da cooperativa no planeamento, concepção, administração e manutenção do seu meio habitacional, visando garantir o sucesso a longo prazo dos projectos;* (WE-TRADERS, 2014).



Figura 1 (esq.) | *AERA Habitat*
Figura 2 (dir.) | *AERA Habitat*

o *Initiative Möckernkiez*, em Berlim, na Alemanha, é um projecto que questiona *quem edifica a cidade e com que critérios* (WE-TRADERS, 2014) e o objectivo do projecto é a concepção de uma nova zona da cidade que se concretiza num *complexo habitacional socialmente integrativo (...), ecologicamente sustentável, de livre acesso, intercultural e socialmente inclusivo;* (WE-TRADERS, 2014).



Figura 3 (esq.) | *Initiative Möckernkiez*
Figura 4 (dir.) | *Initiative Möckernkiez*

o *Buena Vista Social Housing*, é um projecto de *co-housing*, desenvolvido em Turim, Itália, que *conjuga a ideia de casa como uma necessidade, direito e símbolo com o património*

imobiliário devoluto e o Social Club, uma rede de associações e cooperativas sociais que busca soluções em conjunto; (WE-TRADERS, 2014).



a *Casa del Quartière de San Salvario*, também em Turim, Itália, é o projecto de um *espaço de actividades sociais e culturais que (...) envolve associações, cidadãos, grupos informais, artistas e operadores.* (WE-TRADERS, 2014). Este espaço oferece aos seus residentes momentos de cultura, de formação e de serviços e é ainda um espaço adaptável de *co-working*, com banco de tempo e balcões de informação. Ainda que não seja o foco principal do tema, sujeito a análise no presente Projecto Final de Mestrado, esclarece-se que *co-working* é o conceito que define a partilha do espaço de trabalho e dos recursos, reunindo as pessoas na mesma área, não sendo estas necessariamente trabalhadoras na mesma empresa e/ou área profissional e é utilizado para combater o isolamento no trabalho.

Figura 5 (esq.) | Buena Vista Social Housing

Figura 6 (dir.) | Buena Vista Social Housing

Figura 7 (esq.) | Casa del Quartière de San Salvario

Figura 8 (dir.) | Casa del Quartière de San Salvario



Sendo que este Projecto Final de Mestrado tem como foco as necessidades de uma população específica e que pretende

envolver os actores nas soluções propostas para assegurar um clima de comunidade no território, estes modelos constituíram referências internacionais interessantes dentro deste tema da integração social, na medida em que, dão resposta às necessidades dos territórios em questão, envolvendo os seus habitantes nas soluções e na gestão das soluções a longo prazo. Naturalmente, há que adequar qualquer tipo de solução final ao contexto onde a comunidade em estudo está inserida, ressaltando que o contexto português em muito se diferencia dos contextos supramencionados.

A solução encontrada para o caso da Ameixoeira, pode, em certa medida, apoiar-se nestes exemplos internacionais, por forma a quebrar o “pré-conceito” projectado neste território, implementando nos indivíduos residentes um sentido de comunidade e pertença. Crê-se que, criando um ambiente saudável nas relações comunitárias, a área de intervenção irá adquirir maior homogeneidade e relações menos conflituosas com os territórios vizinhos.

1.4| Reabilitação e Requalificação Urbana

Directamente no campo da arquitectura e do urbanismo é necessário clarificar conceitos mais específicos destas áreas, nomeadamente, a diferença entre reabilitação urbana e requalificação urbana.

Quando falamos em Reabilitação ou Arquitectura de Integração, devemos ter sempre em conta que a mesma deve ser pensada a nível urbano. Desta forma, as intervenções pontuais devem fazer parte de uma política de regeneração urbana, ordenamento do território e desenvolvimento sustentável. (SANTOS, 2011: 8).

Em arquitectura, a *reabilitação* é uma forma de intervenção associada à regeneração. No contexto urbano, falamos de regeneração ao nível do tecido existente, onde o património, urbanístico e imobiliário, é intervencionado *através de obras de remodelação das infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização colectiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição de edifícios.* (CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, 2014).

Por sua vez, a palavra *requalificar* pressupõe atribuir uma nova função a determinada matéria. A *requalificação urbana* associa-se à regeneração de tecidos físicos e sociais, permitindo *(re)criar uma nova estética em função do desenho já existente de uma cidade. (...) permite ainda uma revitalização das áreas mais antigas das cidades (...) que se encontram em risco de decadência, de abandono e de degradação. (...) o conceito de requalificação urbana tem evoluído constantemente em função dos actuais problemas verificados no espaço urbano.* (SILVA, 2011: 46).

1.5| Apropriação de Espaços Devolutos e Vazios Urbanos

As cidades são lugares onde convergem o espaço e o tempo, onde sobressaiem o património ambiental e edificado, as malhas urbanas, diferentes momentos do planeamento; mas são também um desafio à coesão territorial dada a persistência de funções hoje obsoletas – património em estado de desafecção, espaços sobrantes e vazios que não têm que ser necessariamente expectantes, à espera de requalificação urbana. (TRIENAL DE ARQUITECTURA DE LISBOA, 2007: 250).

Sobre a *apropriação de espaços devolutos* e sobre *vazios urbanos* é importante esclarecer aquilo que, efectivamente, são *espaços devolutos* e aquilo que são *vazios urbanos*.

Por *espaço devoluto*, entende-se um espaço urbano que se encontra desocupado. Este espaço tanto pode ser um espaço exterior assumindo a forma de um *vazio urbano* ou, no caso do espaço edificado, a palavra *devoluto* assume uma definição diferente, assumindo-se como um espaço com necessidade de uma reabilitação profunda, ou mesmo, de demolição por se encontrar em estado de ruína ou por constituir perigo para a segurança da população.

Quando falamos da temática em torno dos *vazios urbanos* vimos que esta é já uma temática bastante discutida, tendo sido inclusive, o tema central da primeira Trienal de Arquitectura de Lisboa, em 2007. Como definição de *vazios urbanos* o arquitecto Ignasi Solà-Morales⁹, diz-nos serem:

⁹ Ignasi Solà-Morales (1942-2001) foi arquitecto, historiador e filósofo. Leccionou na Escola de Arquitectura de Barcelona e nas Universidades de Princeton, Columbia, Turim e Cambridge.

Uma área sem limites claros, sem uso actual, vaga, de difícil compreensão na percepção colectiva dos cidadãos, constituindo normalmente um rompimento no tecido urbano. Mas é também uma área disponível, cheia de expectativas, de forte memória urbana, com potencial original: o espaço do possível, do futuro. (TRIENAL DE ARQUITECTURA DE LISBOA, 2007: 13)

Pode-se então ler os *vazios urbanos* de duas formas: (1) como espaços degradados ou (2) como espaços desocupados. Quando se assumem como espaços degradados caracterizam-se por “obsoletos” ou *marginais, que encontramos disseminados desde o tecido urbano consolidado às periferias* que constituem *uma verdadeira rede de hipóteses que, quando avaliadas em conjunto, podem produzir um profundo impulso reformador da cidade.* (MATEUS, 2007 in TRIENAL DE ARQUITECTURA DE LISBOA, 2007: 13).

Quando os *vazios urbanos* são considerados desta forma por constituírem espaços desocupados, podemos ainda destacar duas géneses: (1) espaços que decorrem *de algum tipo de ausência* (TRIENAL DE ARQUITECTURA DE LISBOA, 2007: 21), de carácter não construído, sendo espaços sem ocupação funcional. Os *vazios urbanos são áreas que, por alguma razão, desde sempre permaneceram sem propósito e sem vida próprias, ou são áreas que, por qualquer outra razão, deixaram de ter propósito ou vida próprias* (TRIENAL DE ARQUITECTURA DE LISBOA, 2007: 21); e (2) espaços que decorrem *não tanto de algum tipo de ausência, mas de algum tipo de persistência e/ou conflito decorrentes da expansão urbana* (TRIENAL DE ARQUITECTURA DE LISBOA, 2007: 21).

Os *vazios urbanos* podem ser a resposta a situações temporárias, *atendendo à flexibilidade temporal necessária, transformando os usos e espaços de modo inusitado.* (NOVAS TEORIAS, 2014). No entanto, estes espaços não podem ser lidos isoladamente, devem ser lidos e observados associando-os ao contexto da cidade onde se inserem, sendo que o arquitecto se torna responsável por interpretar as potencialidades desses

vazios e por transformar esses fragmentos de cidade. (TRIENAL DE ARQUITECTURA DE LISBOA, 2007).

Se entendermos a cidade como um texto, os vazios urbanos são vocábulos em falta ou que, temporariamente, parecem desajustados do texto global. Neste sentido, estes vazios não devem ser avaliados isoladamente, pois é com a sua clarificação que o texto global, a cidade, ganha consistência, uma nova dimensão. (TRIENAL DE ARQUITECTURA DE LISBOA, 2007: 13)

Relativamente ao conceito de *apropriação*, este expressa o acto de *apropriar* ou *tomar posse de...* No caso específico deste Projecto Final de Mestrado, por *apropriação*, assumo-se, na generalidade, a tomada de posse de um vazio urbano *sem propósito e sem vida próprias* (TRIENAL DE ARQUITECTURA DE LISBOA, 2007: 21), cujo objectivo pretende ser a sua requalificação por forma a tornar a área de intervenção num espaço de cidade mais sustentável e de maior conforto.

Capítulo II | Caracterização do Território da Ameixoeira

2.1 | Análise Territorial

2.1.1 | Contextualização Territorial

A cidade de Lisboa é caracterizada pela sua heterogeneidade de espaços e tecidos. Sobretudo na coroa norte da cidade, facilmente é possível encontrar espaços urbanos com necessidade de reabilitação e de uma proposta que os unifique com os territórios envolventes. Um destes casos é o território da Ameixoeira.

Antes do século XX, a freguesia da Ameixoeira era considerada um lugar privilegiado, uma vez que o seu actual centro histórico era uma importante zona de quintas de veraneio. No entanto, com a evolução demográfica da pós-industrialização registada pelo regresso da população dos campos para a cidade e com o fenómeno da imigração, essencialmente de pessoas provenientes dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), a Ameixoeira tornou-se também um território de construções ilegais. Ao longo do século XX, foi alvo de várias operações de realojamento; a primeira operação, deu-se na década de 1950, cujo objectivo era albergar as famílias que foram desalojadas aquando da construção do Aeroporto Internacional de Lisboa (AIL), dando origem ao bairro camarário das Galinheiras. Na década de 1970, teve lugar a segunda grande operação de realojamento com o intuito de alojar a população que vivia em habitações precárias e “barracas” que se foram formando na zona envolvente do primeiro bairro. Estas operações tiveram continuação no território da Ameixoeira e, em 1999, foram construídos blocos de realojamento ao abrigo do Programa Especial de Realojamento (PER). Em 2001, foram realojadas famílias do bairro e de outras freguesias do concelho, nomeadamente, da Charneca e de

Carnide. Finalmente, entre 2003 e 2005, foram ainda edificados pela GEBALIS¹⁰ e pela Câmara Municipal de Lisboa (CML) dois empreendimentos destinados à venda livre para fins habitacionais a custos controlados.

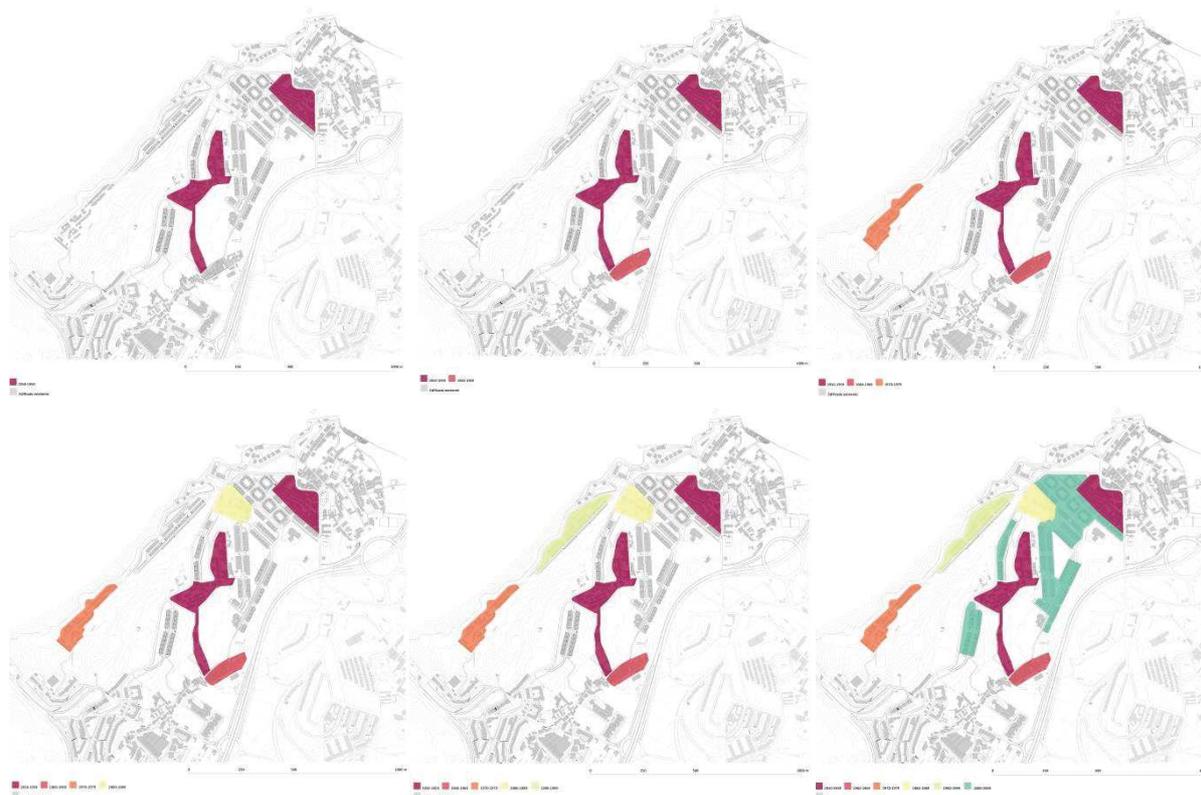


Figura 9 | Evolução dos “micro-territórios” do território da Ameixoeira

Há que ressaltar que a fonte dos dados apresentados é o Relatório Final Preliminar, resultado da análise do território como suporte de intervenção do Programa K’CIDADE (Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano) na freguesia da Ameixoeira datado de 2009. O Programa K’CIDADE tem como finalidade *capacitar [as] comunidade[s] urbanas excluídas com vista à melhoria da sua qualidade de vida* (K’CIDADE, 2015), sendo que o objectivo se prende com comunidades capazes de se afirmarem *como agentes activos do seu próprio desenvolvimento sustentável*. (K’CIDADE, 2015). Os

¹⁰ A GEBALIS é a empresa municipal que faz a gestão social e patrimonial dos bairros municipais. A GEBALIS foi criada, em 1995, com o objectivo de “assegurar uma política de gestão integrada, tendo em consideração a administração dos Bairros, a qualidade de vida das populações residentes e a conservação do património”. (GEBALIS, 2016).

dados deste Relatório comportam um inquérito a 355 agregados familiares residentes na Ameixoeira, num total de 1.003 indivíduos que pretendem caracterizar o território do ponto de vista demográfico, socioeconómico e cultural.

Actualmente, esta parte do território da Ameixoeira é vista como uma área destruturada, desqualificada e estigmatizada socialmente, a partir da promoção da multiculturalidade que se observou ao longo dos anos, contribuindo para um clima geral de desconforto e insegurança. Além destes problemas que contribuem para este território sofrer de um grande isolamento, existem ainda dois eixos viários estruturantes da cidade de Lisboa (CRIL e Eixo N/S) que constituem barreiras visuais e físicas, dificultando a acessibilidade a este território e a criação de ligações e de relações com a envolvente.

Os vários processos de alojamento e de realojamento, que o território da Ameixoeira foi sofrendo, ao longo dos anos, deram origem a que hoje em dia o território se encontre subdividido em doze “*micro-territórios*” (denominação que podemos encontrar no Relatório Final Preliminar do Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano da Ameixoeira – K’CIDADE, de 2009), que são os seguintes: Zona 1B, Zona 2, Zona 3, Zona 4, Zona 6, Alto do Chapeleiro, Azinhaga da Ameixoeira, Empreendimento da Ameixoeira, Empreendimento das Galinheiras, Quinta da Torrinha, Quinta do Grafanil e Bairro das Galinheiras.

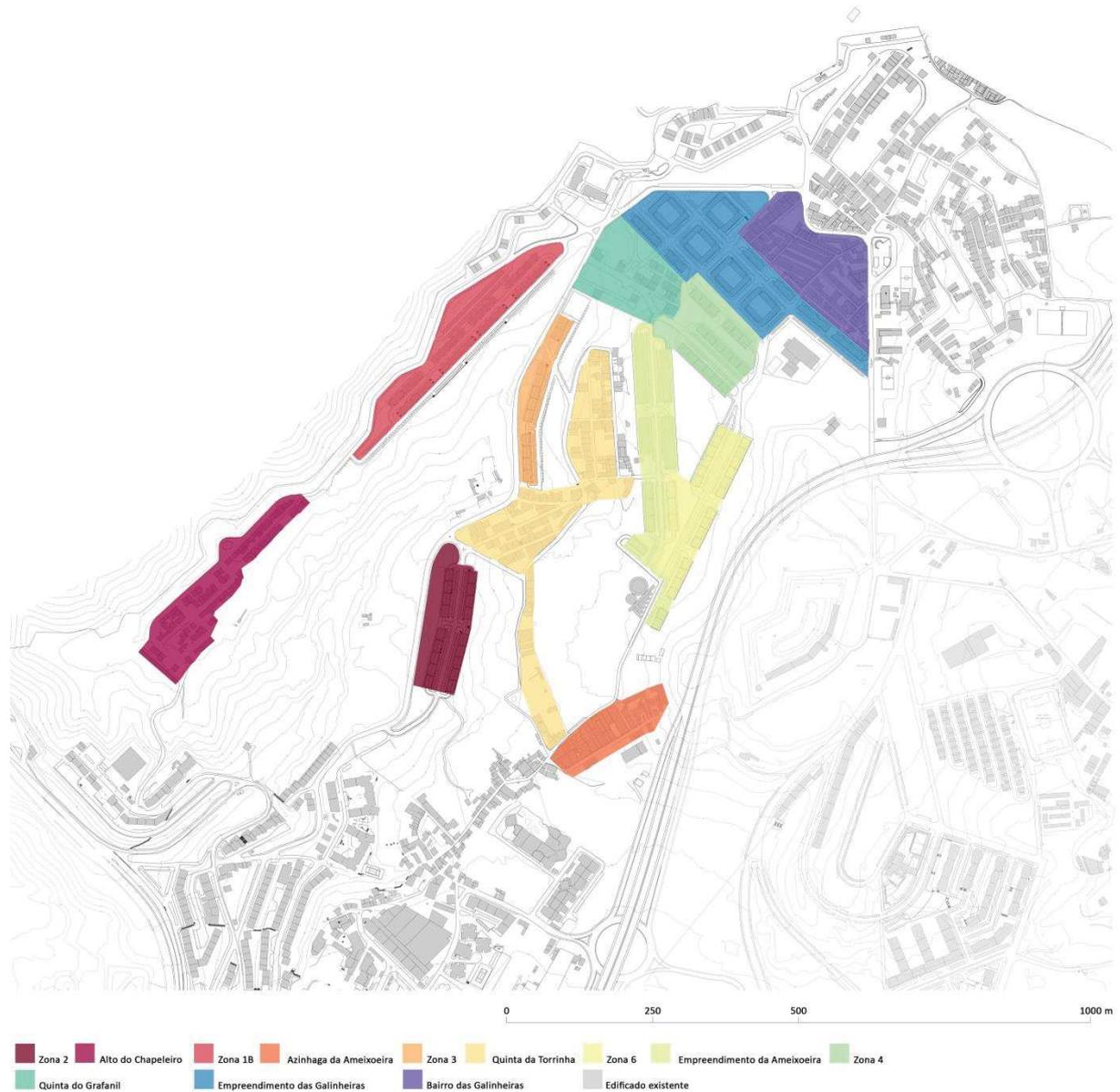


Figura 10 | Localização e identificação dos “micro-territórios” do território da Ameixoeira

Aquilo que hoje é possível observar é que, estes “micro-territórios” são espaços sem identidade e com múltiplas carências ao nível dos equipamentos e dos serviços necessários e essenciais para os moradores. A todas estas problemáticas mencionadas soma-se ainda uma morfologia acidentada e acentuada dos terrenos, variando consoante os “micro-territórios” e uma escassez de transportes públicos e um deficiente apoio de espaços públicos qualificados.

Torna-se, portanto, importante intervir neste território, para que o mesmo possa adquirir uma identidade própria, colmatando a diversidade de “micro-territórios”, resultando num território homogéneo e comunicável entre si, onde todos os habitantes possam usufruir da multiplicidade de serviços e equipamentos.

2.1.2 | Demografia e Trajectórias Residenciais

Relativamente à demografia, aquilo que podemos observar no território da Ameixoeira é que, este território, possui uma grande heterogeneidade na sua base social. Dados estatísticos estimam que o território seja composto por 3.003 agregados familiares¹¹, correspondendo a 8.485 habitantes, sendo que a dimensão média dos agregados familiares ronda as 2,82 pessoas por agregado (dados do Relatório Final Preliminar do Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano da Ameixoeira – K’CIDADE, de 2009). Segundo o recenseamento populacional de 2011 (Censos 2011), a freguesia da Ameixoeira cresceu ao nível dos indivíduos residentes, tendo sido registados 11.863 habitantes, e, naturalmente, ao nível dos agregados familiares, registando-se 4.772 famílias. No entanto, ainda que o número de habitantes e de agregados familiares tenha aumentado verifica-se que houve um decréscimo na média de elementos por agregado familiar, registando-se apenas 2,48 pessoas por agregado. No mesmo período, a cidade de Lisboa, registava cerca de 2.821.876 habitantes e 1.147.775 agregados familiares, com uma média de 2,45 pessoas por agregado familiar.

Segundo o Relatório Final Preliminar do Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano da Ameixoeira – K’CIDADE, de 2009, é ainda possível observar que os “micro-territórios” do Empreendimento das Galinheiras e da Quinta da

¹¹ Por *agregado familiar* entende-se a definição dada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE): família clássica é o “conjunto de indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. Os empregados domésticos residentes no alojamento onde prestavam serviço são integrados na respectiva família” (INE, 2001).

Torrinha, são aqueles onde se estima que haja mais agregados familiares a habitar, 574 e 482, respectivamente, sendo a Azinhaga da Ameixoeira (68 agregados) e a Quinta do Grafanil (90 agregados) os “micro-territórios” menos habitados. No entanto, estes números podem não ser significativos dado que a extensão de cada “micro-território” é muito variável.

“Micro-territórios”	População Inquirida									Estimativa de Agregados Familiares Residentes (Nº)	
	Sexo				Faixa Etária				Total dos Membros dos Agregados Familiares Inquiridos (Nº)		Total de Agregados Familiares Inquiridos (Nº)
	Feminino		Masculino		0-14 anos	15-64 anos	65 ou mais anos	NR			
	Nº	%	Nº	%							
Alto do Chapeleiro	15	62,5	9	37,8	8,3	66,7	25,0	0,0	24	11	92
Azinhaga da Ameixoeira	10	58,8	7	41,2	11,8	35,3	52,9	0,0	17	8	68
Empreendimento da Ameixoeira	67	46,5	77	53,5	24,3	74,3	1,4	0,0	144	52	440
Empreendimento das Galinheiras	81	53,3	71	46,7	26,3	73,0	0,7	0,0	152	56	475
Quinta da Torrinha	74	52,1	68	47,9	14,8	52,7	21,1	1,4	142	57	482
Quinta do Grafanil	19	43,2	25	56,8	29,5	65,9	4,5	0,0	44	11	90
Bairro das Galinheiras	57	54,8	47	45,2	20,2	61,5	16,3	1,9	104	41	344
Zona 1B	33	47,1	37	52,9	21,4	61,4	17,1	0,0	70	26	222
Zona 2	36	55,4	29	44,6	24,6	49,2	26,2	0,0	65	25	211
Zona 3	25	58,1	18	41,9	27,9	58,1	14,0	0,0	43	12	99
Zona 4	33	46,5	38	53,5	25,4	64,8	9,9	0,0	71	21	180
Zona 6	61	48,0	66	52,0	26,0	65,4	8,7	0,0	127	35	300
Total Geral	511	50,9	492	49,1	22,7	64,9	12,0	0,4	1003	355	3003

Tabela 1 | População inquirida por sexo e faixas etárias e estimativa da população residente, por “micro-território”, em 2009

Os dados relativos à população indicam que há um equilíbrio nos géneros, sendo que, 50,9% da população é do sexo feminino, enquanto que 49,1% pertence ao sexo masculino. Há uma predominância de população em idade activa, considerada entre os 15 e os 64 anos (64,9%) face à população jovem (22,7%) e à população idosa (12,0%).

Grupos de Idades	Total Geral (%)
0-9	16,4
10-19	12,0
20-29	19,8
30-39	17,0
40-49	10,2
50-59	8,2
60-69	7,9
70-79	6,1
80-89	2,1
NR	0,4
Total Geral (%)	100,0

Tabela 2 | População inquirida segundo grupos de idade, em 2009

Relativamente à estrutura familiar, aquilo que podemos observar, como vimos anteriormente, é que os agregados familiares são compostos, em média, por 2,82 pessoas, sendo este valor superior ao valor verificado no concelho de Lisboa, no ano de 2001, que se situava, em média, nos 2,40 pessoas por agregado familiar. Neste território, a população é maioritariamente solteira (45,9%), sendo que a percentagem de casamentos/uniões de facto ronda os 44,7% e a percentagem de divórcios e de indivíduos em situação de viuvez é de 4,0% e 5,5%, respectivamente. Verifica-se ainda que há uma grande incidência de famílias monoparentais (14,4% dos agregados familiares), sendo que é na mãe que reside o poder parental.

Sendo o território extremamente marcado pela multiculturalidade, no que respeita às trajetórias residenciais, podemos ver que 80,7% da população residente é de origem portuguesa, especialmente da região de Lisboa (58,6%) e, apenas 19,3% são de origem estrangeira, na sua maioria, provenientes de PALOP (66,5%), podendo esta percentagem ser explicada pelo retorno dos indivíduos das ex-colónias depois de Abril de 1974, movidos pela presença de familiares e pela facilidade da língua. Observam-se ainda residentes provenientes do Brasil.

Ainda sobre esta questão da população estrangeira ou *comunidade imigrante* é importante definir o conceito de *imigrante*, uma vez que ambas as expressões podem ter leituras diferenciadas. Segundo o Relatório Final Preliminar do

Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano da Ameixoeira – K’CIDADE, de 2009, *imigrante* traduz-se como *uma pessoa [estrangeira] que, no período de referência, entrou no país com a intenção de aqui permanecer por um período inferior a um ano [imigrante temporário] / ou por um período superior a um ano [imigrante permanente], tendo residido no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano* (CEDRU - K’CIDADE, 2009: 28.), tendo sido esta a definição utilizada para a contabilização da população. No entanto, esclarece-se ainda que o conceito de *imigração* define *a entrada de indivíduos ou grupos, considerados do ponto de vista do país que os recebe* (SIGNIFICADOS, 2016), aplicando-se aos movimentos da população num contexto internacional *a pessoas que pretendem fixar residência permanente no país adoptivo, participando da vida social.* (SIGNIFICADOS, 2016).

Aquilo que as trajectórias residenciais nos indicam é que, desde a década de 1950, o Bairro das Galinheiras e a Quinta da Torrinha, são os “micro-territórios” mais habitados, sendo que as maiores e mais significativas mudanças ocorrem depois da década de 1970, em especial nos “micro-territórios” do Alto do Chapeleiro e da Quinta do Grafanil. Sugere-se que estas mudanças se tenham verificado, além dos motivos suprarreferidos, devido à proximidade do local de trabalho, à aquisição/construção de habitação própria e ao menor custo da habitação, dado que foram construídas habitações ao abrigo do programa habitacional a custos controlados.

Motivos de Mudança Residencial	"Micro-Territórios"											Total Geral	
	Alto do Chapelheiro	Azinhaga da Ameixoeira	Empreendimento da Ameixoeira	Empreendimento das Galinheiras	Quinta da Torrinha	Quinta do Grafanil	Bairro das Galinheiras	Zona 1B	Zona 2	Zona 3	Zona 4		Zona 6
Realojamento	36,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,9	96,2	96,0	100,0	81,0	100,0	33,5
Proximidade ao local de trabalho	9,1	25,0	9,6	10,7	22,8	0,0	12,2	0,0	0,0	0,0	4,8	0,0	9,3
Proximidade a amigos/familiares	0,0	0,0	1,9	1,8	5,3	0,0	4,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0
Menor custo da habitação	9,1	25,0	46,2	30,3	14,0	27,3	14,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	17,2
Crescimento do agregado familiar	0,0	12,5	3,8	8,9	22,8	0,0	4,9	0,0	4,0	0,0	0,0	0,0	6,8
Aquisição/construção de casa própria	18,2	0,0	21,2	23,2	10,5	27,3	17,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11,8
Constituição de família	0,0	12,5	3,8	10,7	7,0	0,0	4,9	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	4,5
Habitação com melhores condições/dimensão	18,2	25,0	3,8	8,9	7,0	27,3	24,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,9
Motivos pessoais/familiares	0,0	0,0	1,9	1,8	1,8	9,1	7,3	0,0	0,0	0,0	4,8	0,0	2,3
Outros	0,0	0,0	5,8	3,6	3,5	9,1	2,4	0,0	0,0	0,0	9,5	0,0	3,1
NR/NA	9,1	0,0	1,9	0,0	5,3	0,0	2,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6
Total Geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Verificamos ainda que, espacialmente, os “micro-territórios” que apresentam maior multiculturalidade ao nível dos agregados familiares são a Quinta da Torrinha, o Empreendimento das Galinheiras e o Bairro das Galinheiras, seguido da Quinta do Grafanil e do Empreendimento da Ameixoeira, sendo que os restantes “micro-territórios” registam uma menor representatividade desta multiculturalidade.

Tabela 3 | Motivo de mudança de residência actual dos indivíduos inquiridos, por “micro-território”, em 2009

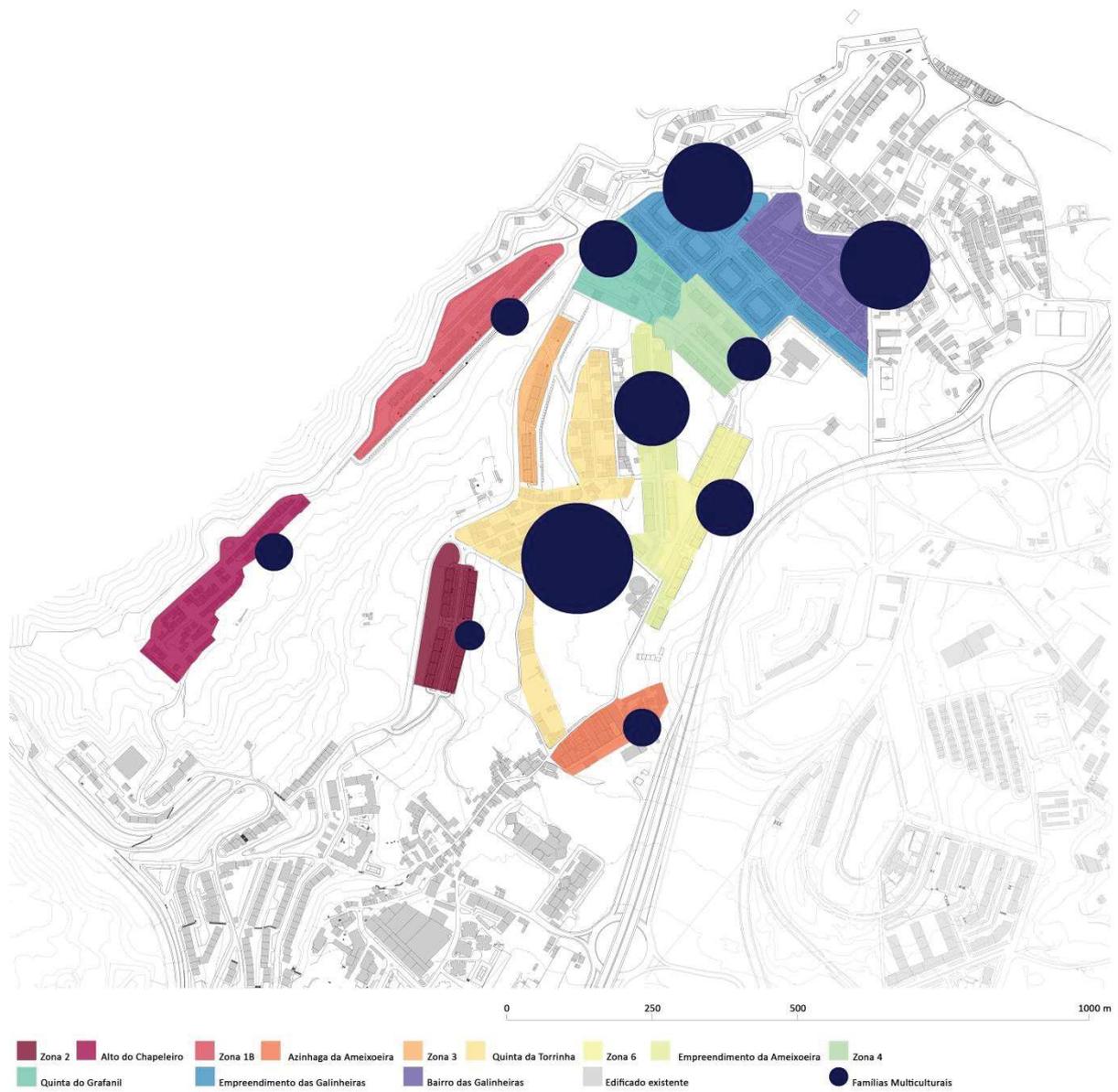


Figura 11 | Distribuição espacial dos agregados familiares multiculturais pelos “micro-territórios” do território da Ameixoeira, em 2009

2.1.3 | Economia

No que respeita à economia, os dados do Relatório Final Preliminar do Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano da Ameixoeira – K’CIDADE (2009), dizem-nos que a principal fonte de rendimento das famílias residentes provém do trabalho (39%), seguida das pensões de reforma e invalidez com um valor de 17,4%. Esta percentagem é reflexo do peso que a população reformada tem neste território. Além destas fontes de rendimento, os agregados familiares, apoiam-se ainda em subsídios (abonos de família e pensões de alimentos) sendo que, estes subsídios, representam 15,8% dos rendimentos dos agregados. Como análise geral, temos 52% das famílias a auferirem do trabalho como única fonte de rendimento, sendo que as restantes acumulam mais do que uma fonte de rendimento (trabalho, subsídios, pensões). Podemos, ainda, verificar que, 8,9% das famílias, subsiste apenas com subsídios de desemprego, sendo que este valor revela ainda alguma representatividade no território. O Rendimento Social de Inserção (RSI) é também uma fonte de rendimento de 15,1% dos agregados familiares.

Fontes de Rendimento	Fontes de Rendimento									Total Geral
	Rendimentos do trabalho	Rendimentos de propriedade	Subsídios de desemprego	Rendimento Social de Inserção	Outros subsídios	Bolsas de estudo	Pensão	Outros	Total	
Rendimentos do trabalho	52,0	1,5	5,8	4,9	21,6	1,5	9,7	3,0	100,0	46,1
Rendimentos de propriedade	16,1	0,0	12,9	12,9	12,9	12,9	19,4	12,9	100,0	1,1
Subsídio de desemprego	33,9	7,1	8,9	7,1	16,1	7,1	12,5	7,1	100,0	5,0
Rendimento Social de Inserção	21,9	5,5	5,5	15,1	27,4	5,5	12,3	6,8	100,0	6,5
Outros subsídios	53,4	3,0	6,8	15,0	0,8	3,0	10,5	7,5	100,0	16,4
Bolsas de estudo	17,2	13,8	13,8	13,8	13,8	0,0	13,8	13,8	100,0	0,9
Pensão	21,8	4,1	4,8	6,1	9,5	2,7	47,6	3,4	100,0	21,1
Outros	21,7	8,7	8,7	10,9	21,7	8,7	10,9	8,7	100,0	2,8
Total Geral	39,0	3,7	6,6	8,6	15,8	3,4	17,4	5,5	100,0	100,0

Tabela 4 | Proporção de agregados que auferem, mensalmente, de múltiplas fontes de rendimento, 2009 (%)

Avaliando esta situação económica por faixas etárias, verifica-se que existe um precoce abandono escolar¹² dado que, 3,3% dos jovens que ainda se encontram inseridos no agregado familiar e em idade de frequentar o ensino, já iniciaram a sua vida activa. Verifica-se ainda que muitos indivíduos em idade activa (31,8%), não apresentam rendimentos próprios, dependendo ainda da família. Podemos verificar que, entre os indivíduos com mais de 70 anos, existem ainda situações cuja fonte de rendimento é o trabalho ou situações de dependência familiar, denotando que nem todos beneficiam de pensões de reforma.

Relativamente aos agregados cuja fonte de rendimento principal é o trabalho, vemos que 65,3% das famílias auferem rendimentos acima dos 600€, 23,1% das famílias recebe entre 400€ e 600€ e 8,8% das famílias situa-se abaixo do limiar da pobreza, ganhando abaixo dos 399€ mensais.

¹² Por *abandono escolar* considere-se: a saída do sistema escolar antes de cumprir o período de escolaridade obrigatória (CEDRU - K'CIDADE, 2009: 34).

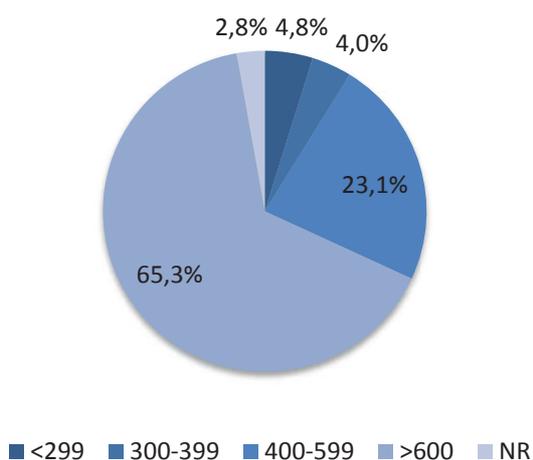


Figura 12 | Classes de rendimentos dos agregados familiares segundo os rendimentos que auferem do trabalho, em 2009 (%)

Analisando os níveis de pobreza, verifica-se territorialmente que apenas os “micro-territórios” do Empreendimento da Ameixoeira e da Quinta do Grafanil, se mantêm acima dos valores considerados como limiar de pobreza, revelando, portanto, que a maior parte deste território da Ameixoeira sofre desta problemática. No entanto, esta situação verifica-se, verdadeiramente, preocupante ao nível da população idosa, sendo que, 38,1% desta faixa etária auferem de rendimentos abaixo dos 399€ mensais, vivendo assim no limiar da pobreza.

Tabela 5 | População idosa que auferem pensões segundo as classes de rendimentos, em 2009 (%)

"Micro-territórios"	Classes de Rendimentos									Total Geral
	<99	100-149	150-199	200-249	250-299	300-399	400-599	>600	NR	
Alto do Chapeleiro	0,0	0,0	14,3	14,3	0,0	28,6	14,3	28,6	0,0	100,0
Azinhaga da Ameixoeira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	16,7	66,7	0,0	100,0
Empreendimento da Ameixoeira	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	100,0
Empreendimento das Galinheiras	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0	50,0	0,0	0,0	100,0
Quinta da Torrinha	0,0	0,0	0,0	0,0	12,0	16,0	20,0	44,0	8,0	100,0
Quinta do Grafanil	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,0	50,0	100,0
Bairro das Galinheiras	0,0	0,0	0,0	7,1	14,3	0,0	42,9	35,7	0,0	100,0
Zona 1B	0,0	0,0	0,0	15,4	0,0	15,4	30,8	30,8	7,7	100,0
Zona 2	0,0	0,0	12,5	0,0	12,5	31,3	12,5	25,0	6,3	100,0
Zona 3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	20,0	60,0	0,0	20,0	100,0
Zona 4	14,3	14,3	14,3	0,0	0,0	14,3	28,6	14,3	0,0	100,0
Zona 6	0,0	0,0	14,3	21,4	0,0	21,4	28,6	14,3	0,0	100,0
Total Geral	0,9	0,9	6,2	7,1	6,2	16,8	25,7	31,0	5,3	100,0

2.1.4 | Condições de Vida

Neste sub-capítulo, relativo às condições de vida, avaliam-se três importantes questões: (1) a habitação; (2) a mobilidade; e (3) a saúde.

Sobre a habitação, podemos verificar um equilíbrio entre as famílias que possuem habitação própria (35,5%), as famílias com habitações arrendadas (30,4%) e as famílias que estão ao abrigo do Programa Especial de Realojamento (PER) (33,2%). Sabe-se ainda que, 32,1% das rendas, têm custos acima dos 300€ mensais. Além das rendas relativas à habitação, os agregados familiares têm, naturalmente, outros encargos financeiros. Numa população, maioritariamente, de classe social baixa, estes encargos justificam a necessidade dos habitantes recorrerem a apoios externos, muitas vezes, considerados de primeira necessidade.

Relativamente ao estado de conservação do edificado, verifica-se que as habitações próprias estão mais bem conservadas do que as habitações em regime de arrendamento livre e em regime de arrendamento PER. A questão da habitação nesta zona da freguesia da Ameixoeira assume uma grande heterogeneidade ao nível da génese e do tipo de ocupação. Os “micro-territórios” do Alto do Chapeleiro, da Quinta da Torrinha, do Bairro das Galinheiras, da Zona 3 e da Zona 4 são as zonas do território em que se considera que o estado de conservação da habitação tem maiores necessidades de intervenção, sendo que o Bairro das Galinheiras e o Alto do Chapeleiro apresentam alguns casos de degradação. Este cenário do estado de conservação do edificado pode ser justificado pela ocorrência de actos de vandalismo ou pela fraca qualidade dos materiais utilizados na construção ou, ainda, pelo facto de a população residente não possuir um sentimento de propriedade sobre a habitação. Como tal, existe uma

ausência de cuidado pelas habitações.



Figura 13 | Estados de conservação do edificado por “micro-territórios” do território da Ameixoeira

Relativamente à questão da mobilidade, aquilo que podemos constatar são dois tipos de deslocações - intra-concelhias e extra-concelhias - devido a factores laborais e de educação. As deslocações intra-concelhias (55,6%) fazem-se, em especial, para as zonas do Lumiar e da Charneca. As extra-concelhias, dentro da área metropolitana de Lisboa (AML) (14,8%), realizam-se para os concelhos de Loures, Odivelas e Amadora. No que diz respeito aos estudantes, 63,9% desloca-se para frequentar o ensino fora da freguesia da Ameixoeira, uma vez que há uma insuficiente oferta de equipamentos escolares,

especialmente, do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, sendo que os estudantes se deslocam para o Lumiar e para a Charneca. No entanto, a temática da educação será aprofundada posteriormente.

Na área da saúde, aquilo que se entende por *saúde* deve ser o conceito determinado pela Organização Mundial de Saúde (OMS): *a saúde é um estado dinâmico de completo bem-estar físico, psicológico e social* (CEDRU - K'CIDADE, 2009: 56). Sobre esta temática, sabe-se que, relativamente à *saúde objectiva*¹³, 75,3% dos residentes não apresenta qualquer doença, sendo que estes dados revelam um cenário positivo. Os tipos de doença que se encontram derivam, sobretudo, das novas condições sociais e económicas que se têm vindo a desenvolver na sociedade ao longo das últimas três décadas. É possível associar a existência de uma patologia diagnosticada às más condições da habitação. Entre as doenças identificadas, destacam-se as doenças reumáticas e perturbações dos ossos e articulações (17,1%); as doenças cardiovasculares, em especial, a hipertensão e o colesterol elevado (14,9%); as doenças endócrinas (diabetes e obesidade) (9,9%); as doenças respiratórias (9%); e as doenças e perturbações mentais (7,7%). Surge, ainda, um segundo grupo de doenças, destacado do anterior, que comporta as deficiências (3,6%), as doenças oncológicas (3,2%) e as doenças de declaração obrigatória¹⁴ (2,7%) (CEDRU - K'CIDADE, 2009).

Relativamente à acessibilidade aos cuidados de saúde, o território da Ameixoeira tem muitas carências a este nível, uma vez que não possui nenhuma unidade de saúde para qualquer tipo de cuidados (primários, secundários, públicos e/ou privados). As unidades de saúde mais próximas deste território são o Centro de Saúde do Lumiar, na Alameda das Linhas de Torres, e a Extensão de Saúde do Alto do Lumiar, na Alta de Lisboa (Rua David Mourão Ferreira). São ainda utilizadas a Extensão de Saúde do Centro de Diagnóstico Pneumológico

¹³ Por *saúde objectiva* entenda-se a *existência efectiva de patologia já diagnosticada nos indivíduos que requer cuidados médicos regulares* (CEDRU - K'CIDADE, 2009: 56).

¹⁴ *Doenças de declaração obrigatória* são doenças que, por algum motivo, constituem perigo para a saúde pública, podendo dar origem a surtos de doença. (Exemplos: Tuberculose, Tétano, Legionella).

(Alameda das Linhas de Torres) e a Extensão de Saúde da Charneca, que não dispõem de todo o tipo de serviços e que se tornam insuficientes face à elevada procura. Numa outra escala, são preferencialmente utilizados o Hospital de Santa Maria e o Hospital Pulido Valente.

2.1.5 | Educação

Abordou-se, anteriormente, a insuficiente oferta de equipamentos escolares no território da Ameixoeira. A questão da educação é uma questão importante e que merece algum aprofundamento. Cerca de 24,2% da população deste território são estudantes em que, 18,6% são apenas estudantes e 4,5% são trabalhadores-estudantes.

Apesar dos esforços da sociedade para combater as desigualdades sociais, assiste-se, ainda, a um baixo nível de instrução e abandono escolar precoce. No território da Ameixoeira ainda existe uma taxa de analfabetização de 7,4%, sendo que o analfabetismo incide sobretudo na população idosa. Verifica-se que há cada vez mais dificuldades em conciliar a profissão com o acompanhamento parental e com a vida escolar dos filhos, sendo que, apenas 41,7% dos pais manifesta uma participação activa. No entanto, apesar destes valores, constata-se uma crescente valorização da qualificação, dado que, 15% dos residentes estudantes, frequentam o ensino superior e 10,5% tem outro tipo de formação profissional¹⁵.

¹⁵ Formação profissional ao abrigo do Programa RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências).

2.1.6 | Ambiente do Território

Relativamente ao ambiente do território, verificamos que não existem espaços públicos qualificados destinados à convivência entre os habitantes, sendo que esta falta de convivência se reflecte posteriormente num fraco sentido de vivência geral de comunidade e na ausência de cuidado pelos espaços comuns. A falta de um sentimento de comunidade agrava-se devido aos processos de realojamento, uma vez que estes fracturam e chegam até a destruir as relações existentes. Entre as grandes problemáticas do realojamento, verifica-se que este constitui uma grande barreira à integração social, porque dispersa e elimina as redes de solidariedade comunitária pré-estabelecidas. Outro forte contributo para a ausência de sentimento de comunidade são as características do edificado dado que, em muitos casos, se testemunha uma abrupta transição de um plano horizontal para um plano vertical, dificultando a interacção entre vizinhos. A falta de espaços públicos exteriores qualificados possibilita que os habitantes frequentem os estabelecimentos comerciais e os serviços. No entanto, a este nível também se denota alguma carência, dado que mais de metade da população (59,2%) recorre a serviços essenciais fora da área de residência.

A deficiente rede de transportes públicos também contribui para o isolamento do território e para um clima de insatisfação dos residentes. Na raiz desta deficiente rede estão, sobretudo, a acentuada topografia e as más condições viárias em muitas zonas do território.

Não havendo um sentimento de comunidade não haverá certamente um sentimento de segurança, uma vez que os poucos espaços públicos existentes, se encontram vazios e sem vida. Assiste-se, portanto, a um forte clima de insegurança criado principalmente pelos assaltos, pelo ambiente degradado

e pelo consumo e tráfico de droga. Este clima agrava-se ainda mais se tivermos em consideração que o território sofreu, ao longo dos anos, vários processos de realojamento o que traz associado um sentido de criminalidade. A Ameixoeira é tendencialmente um território inseguro, sendo que os locais de maior insegurança são, sobretudo, os de maior concentração de agregados familiares de etnia cigana.

2.2 | Diagnóstico SWOT

2.2.1 | Forças

- Proximidade com os eixos viários estruturantes (CRIL e Eixo N/S);
- Relação com os vazios e aproveitamento desses espaços;
- Multiculturalidade verificada no comércio local e cafés;
- Feira das Galinheiras;
- Grande número de associações e unidades de desenvolvimento no território;
- Apoio social da Junta de Freguesia;
- Vista sobre os concelhos vizinhos;

2.2.2 | Fraquezas

- Estrutura viária bastante degradada;
- Descontinuidade de vias e ausência de distinção entre espaço rodoviário e espaço pedonal;
- Isolamento e “desvalorização” do território pela presença dos eixos viários estruturantes;
- Irregularidades da topografia;
- Falta de espaços públicos qualificados;
- Falta de mobiliário urbano;
- Carência de equipamentos;

- Falta de transportes públicos colectivos;
- Clima de insegurança.

2.2.3 | Oportunidades

- Existência de vazios;
- Ligações possíveis com os eixos viários estruturantes;
- Largo das Galinheiras (actualmente, único espaço público de convívio e com importante memória histórica);

2.2.4 | Ameaças

- Habitações em estado de degradação;
- Construções de difícil acesso, contribuindo para uma maior exclusão social;
- Declives acentuados;
- Crescente exclusão social;
- Aumento do nível de insegurança;
- Carência de equipamentos para crianças e idosos, contribuindo para uma situação de negligência social.

Capítulo III | Projecto

3.1 | Proposta de Intervenção no Território da Ameixoeira

3.1.1 | Plano Estratégico

O plano estratégico de intervenção para o território da Ameixoeira, resulta da observação e da análise deste território e das conclusões que se obtiveram a partir do diagnóstico SWOT, tirando partido das potencialidades e das oportunidades, dando resposta aos problemas encontrados e às ameaças proeminentes.

Desta forma, o plano estratégico sintetiza-se em quatro principais pontos: (1) a estrutura viária; (2) o espaço público; (3) o edificado; e (4) os equipamentos e serviços.

Relativamente à estrutura viária, o plano desenvolvido para o território da Ameixoeira tem como objectivo melhorar a acessibilidade à zona mais central da cidade tirando partido da proximidade com o Eixo N/S e ainda melhorar a acessibilidade entre os vários núcleos habitacionais que compõem o território.



Figura 14 | Estrutura viária reabilitada

Ao nível dos espaços públicos, este plano pretende reabilitar estes espaços, nomeadamente, os espaços intersticiais entre os blocos de habitação colectiva e reabilitar os espaços de circulação pedonal. Ainda ao nível do espaço público, este plano prevê a criação de um parque verde urbano que seja um espaço com funções diferenciadas e atractivo para outros cidadãos.



No que respeita ao edificado, a proposta de intervenção prevê algumas demolições, a reabilitação de edificado devoluto e prevê ainda a definição de lotes e projecção de edifícios com funções habitacionais (habitação colectiva e habitação unifamiliar) nas zonas do território que actualmente têm funções habitacionais, rematando pequenos vazios nos quarteirões e cosendo os núcleos habitacionais.

Figura 15 | Espaços públicos a reabilitar



Figura 16 | Demolições e construções novas

Em relação aos equipamentos e serviços, o novo plano para esta zona do território da Ameixoeira prevê a construção de equipamentos em falta, nomeadamente, equipamentos desportivos e de apoio social, que se estendam ao longo do território. Estes irão habitar os vazios e servir os vários núcleos habitacionais que actualmente se encontram dispersos, com o objectivo de unificar o território e torná-lo mais homogéneo e ainda criar relações de comunidade entre os habitantes destes núcleos.



Figura 17 | Novos equipamentos

3.1.2 | Proposta Urbana

Após uma análise à área de intervenção resultante num diagnóstico SWOT e de observação *in situ*, procedeu-se a algumas “acções cirúrgicas” no território, pontuando-o com pequenas intervenções. Nomeadamente, ao nível da estrutura viária, reabilitando as vias existentes e reestruturando a malha urbana, para evitar sobretudo as descontinuidades das vias, melhorando os acessos entre os núcleos habitacionais. Procedeu-se ainda a uma intervenção nos percursos pedonais, rematando a falta de distinção entre aquilo que era espaço rodoviário de circulação automóvel e aquilo que era espaço de circulação pedonal (figuras 18 e 19).



As irregularidades na topografia (figuras 20 e 21) foram tidas em consideração, uma vez que os declives acentuados contribuíam para uma maior exclusão social, dado que o território possui construções cujo acesso está dificultado.

Figura 18 (esq.) | Rua António Botto

Figura 19 (dir.) | Rua Projectada às Galinheiras



Figura 20 (esq.) | Topografia acentuada

Figura 21 (dir.) | Topografia acentuada

De forma a dar uma resposta positiva a esta questão da irregularidade topográfica dentro das limitações do território foram criados mais e melhores acessos pedonais que percorrem o território, unificando os pré-existentes “micro-territórios” num território mais homogéneo e comunicável, rematando os declives acentuados com muros de suporte enquadrados nos espaços públicos que foram criados ao longo do espaço.



Figura 22 (esq.) | Acessos pedonais existentes

Figura 23 (dir.) | Acessos pedonais existentes

Figura 24 (dir.) | Eixo N/S VS Edificado



Tirou-se proveito da proximidade com os eixos viários estruturantes, nomeadamente, o Eixo N/S e a Calçada de Carriche, melhorando-se os acessos existentes por forma a ligar este território em intervenção com a sua envolvente próxima.

Relativamente ao espaço público, foram reabilitados os espaços públicos qualificados existentes, nomeadamente, o Largo das Galinheiras (figuras 25 e 26) que actualmente é considerado o único espaço público de convívio e com importante memória histórica para os habitantes. Para tal, procedeu-se a um alargamento deste largo de forma a conferir-lhe maior visibilidade e valorizando a multiculturalidade aí verificada a partir do comércio local existente.



Com a reestruturação da malha urbana e com o alargamento do Largo das Galinheiras é também facilitada a circulação de transportes públicos colectivos, possibilitando mais e melhores condições de transporte aos habitantes.

Figura 25 (esq.) | Largo das Galinheiras
Figura 26 (dir.) | Largo das Galinheiras

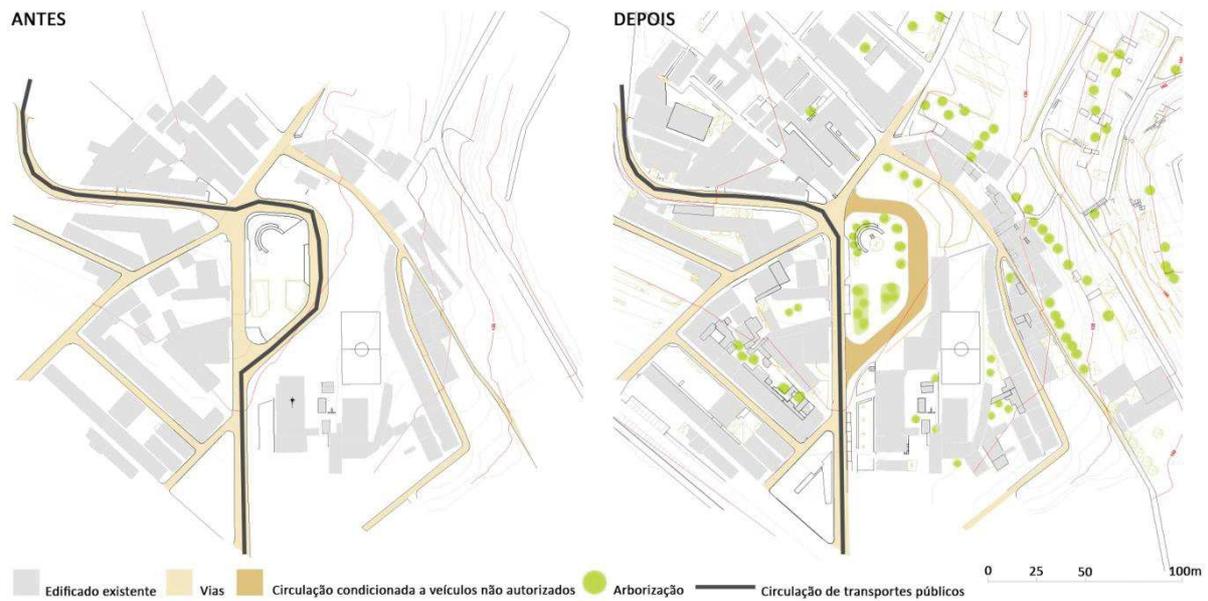


Figura 27 | Alargamento do Largo das Galinheiras (antes e depois)

A reestruturação da malha urbana, a partir da criação de novas vias também possibilita a diminuição do clima de insegurança neste território, uma vez que nos locais de maior conflito (figuras 28 e 29) os mesmos, são descongestionados pela possibilidade de mais circulação automóvel e pedonal, rematando ainda os espaços intersticiais dos blocos de habitação colectiva com espaços públicos qualificados.



Figura 28 (esq.) | Locais de conflito
Figura 29 (dir.) | Locais de conflito



Ainda sobre o espaço público, foi referenciado um grande vazio delimitado pelos “micro-territórios” da Zona 1B, do Alto do Chapeleiro, da Zona 3, da Quinta da Torrinha e da Zona 2

(figura 30) cujo objectivo foi a criação de um parque urbano com funções e actividades diferenciadas que pretende, além de valorizar este território e servir como espaço unificador dos vários núcleos habitacionais dispersos, ser um parque atractivo para os outros habitantes da cidade.



Figura 30 | Vista aérea do vazio urbano

O plano deste parque urbano tem como base a criação de uma bacia de retenção natural onde actualmente passa uma linha de água e onde se fixam pontos de retenção (figura 31).



Figura 31 | Planta de Ordenamento – Estrutura Ecológica Municipal de Lisboa com identificação da área de intervenção

O parque desenvolve-se portanto em zonas de actividades variadas à volta desta bacia de retenção, desde zonas de merendas, zonas de estar, zonas de esplandas e quiosques, parques infantis, anfiteatros exteriores a zonas desportivas,

zonas de máquinas de manutenção, circuitos pedonais e de corrida, circuitos para bicicletas e campos desportivos para modalidades diferenciadas. Ao mesmo tempo que é possível passear pelo parque, faz-se também a ligação entre equipamentos desportivos pré-existent, nomeadamente, a Piscina de Santa Clara e equipamentos desportivos que integram o novo plano, designadamente, um ginásio e ainda a ligação entre os “micro-territórios” Zona 1B e Alto do Chapeleiro e os “micro-territórios” Zona 3, Quinta da Torrinha e Zona 2, através de percursos pedonais no parque e pontes sobre a bacia de retenção.



Figura 32 | Parque urbano

Procedeu-se também a intervenções ao nível do edificado, recorrendo a demolições pontuais em situações cujo edificado se verificava bastante degradado pondo em risco a segurança de quem o habitava. Os habitantes foram realojados em construções novas cujas tipologias e áreas não são inferiores às que actualmente possuem. Foram ainda edificadas algumas

construções habitacionais novas, quer habitação colectiva, quer habitação unifamiliar para rematar vazios entre lotes existentes, dando continuidade às frentes de rua e rematando os quarteirões. Criaram-se assim perfis homogéneos e sem espaços devolutos e foram assinaladas algumas construções com necessidade de reabilitações superficiais que, no final, serão ainda mais valorizadas pelo ambiente público envolvente criado por este novo plano.

Outros dos problemas encontrados neste território foram a falta de equipamentos e de serviços. Para contrariar este problema e dar resposta às necessidades da população, tirou-se proveito dos vazios existentes, para os “habitar” com os equipamentos em falta. Foram assinalados os grandes vazios deste território e foi ainda feito um levantamento de equipamentos em falta. Recorrendo a um princípio de arquitectura em rede, criou-se uma rede de apoio social para servir este território.



Figura 33 | Rede de arquitectura

Relativamente ao comércio, criou-se uma ligação comercial entre o “novo” Largo das Galinheiras, a Feira das Galinheiras e o centro histórico da Ameixoeira, passando pela cantina comunitária que, actualmente, funciona no edifício da Casa da Cultura da Ameixoeira.

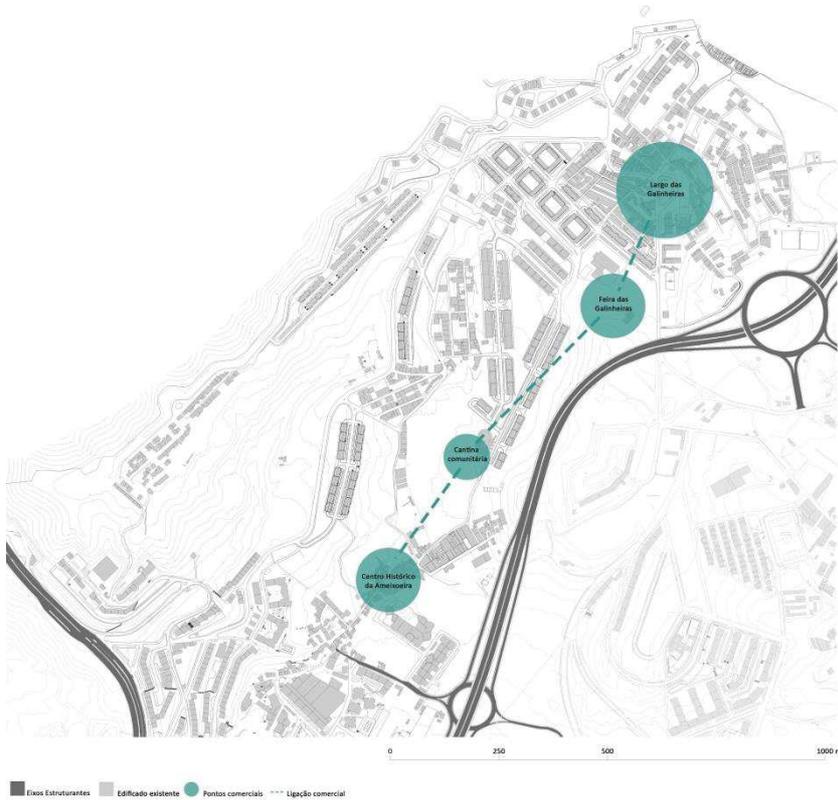


Figura 34 | Ligação comercial

No que respeita ao desporto, definiu-se um espaço junto às escolas (figuras 35 e 36) para a edificação de um pavilhão polidesportivo que, não sendo para uso exclusivo das escolas, constitui um importante equipamento de apoio às mesmas. Pretende-se ainda que seja para uso das associações desportivas deste território.



Foi criada uma ligação desportiva ao longo do território, cruzando o novo equipamento desportivo, junto às escolas, com o parque urbano, mencionado anteriormente, que foi

Figura 35 (esq.) | Escola Básica das Galinheiras

Figura 36 (dir.) | E. B. 1 Maria da Luz Deus Ramos (Galinheiras)

também criado num dos vazios urbanos e com a Piscina Municipal da Ameixoeira existente no mesmo vazio.



Figura 37 | Ligação desportiva

■ Eixos Estruturantes ■ Edifício existente ● Pontos desportivos --- Ligação desportiva

Ao nível dos equipamentos de suporte social, embora em 2006 se tenha procedido à construção de um equipamento destinado à Casa da Cultura da Ameixoeira (figuras 38 e 39), este foi aproveitado para outra função, nomeadamente cantina comunitária. Revalorizou-se o uso deste equipamento, enquadrando-o nesta rede de arquitectura e mantendo a sua função actual.

Figura 38 (esq.) | Cantina comunitária
Figura 39 (dir.) | Cantina comunitária



Foi ainda, aproveitado um grande vazio (figura 40) próximo desta cantina comunitária para o cultivo de hortas urbanas, sendo que se pretende que a sua produção seja também utilizada nas refeições da cantina comunitária. Posteriormente espera-se que as refeições aqui produzidas possam ser levadas para outros pontos do território pertencentes a esta rede, nomeadamente, escolas e lares de acolhimento de jovens e idosos.



Figura 40 | Vista aérea do vazio urbano

Junto a este edifício da cantina, no vazio urbano envolvente, surgem, ainda três outros novos conjuntos de edifícios (figura 41): (1) um deles destinado à administração e serviços fixos de todos estes equipamentos que se pretende que funcionem em rede; (2) um edifício destinado a ser uma unidade de saúde que sirva este território; e (3) um outro conjunto de edifícios destinados a um centro residencial e social que se distribui em duas unidades, uma de crianças e jovens e outra de idosos, que pretende se um alojamento com características temporárias, no caso das crianças e dos jovens, e com características temporárias e permanentes no caso dos idosos.

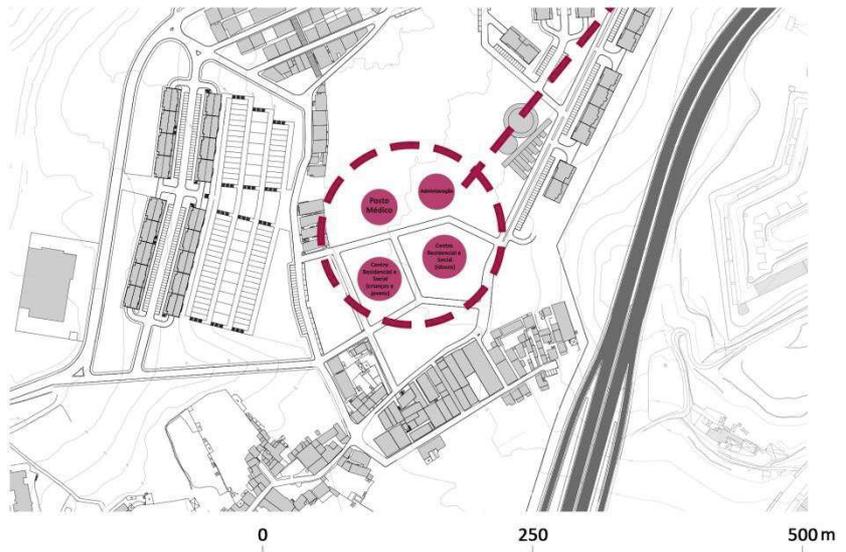


Figura 41 | Equipamentos sociais



Pretende-se que esta valência destinada aos idosos do centro residencial e social seja assumida ainda a forma de residências assistidas a utentes autónomos que ainda possuam capacidades para cuidarem de si próprios. Pretende-se ainda que este centro residencial e social funcione em rede com outros equipamentos deste cariz actualmente existentes no território.

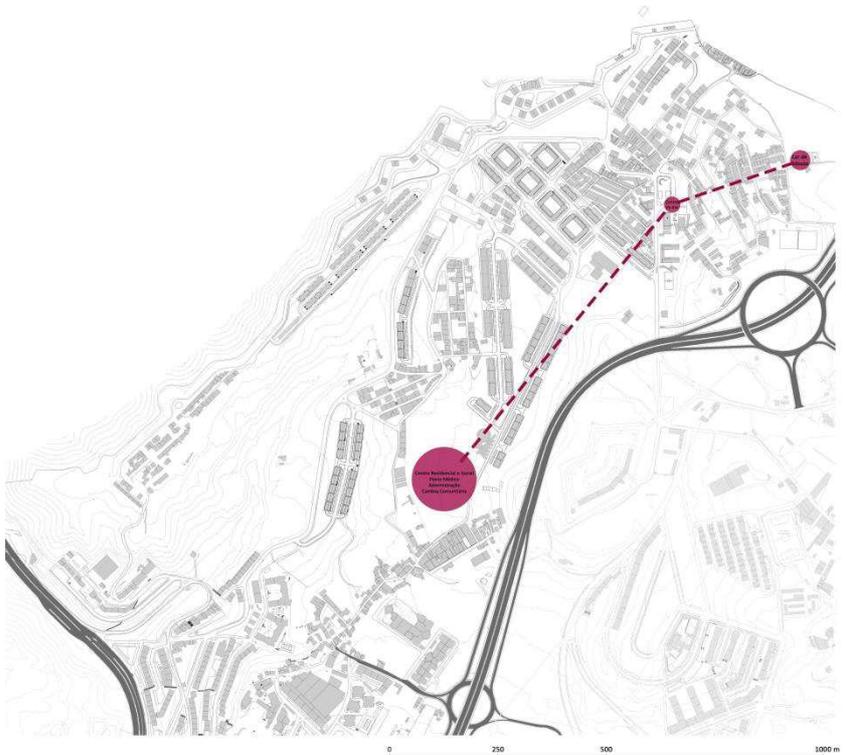


Figura 42 | Ligação social



Junto a este último equipamento referido, procedeu-se a uma reabilitação e requalificação de um núcleo de edificado degradado. Este núcleo destina-se a ser um espaço de oficinas polivalentes para *workshops*, trabalhos manufacturais, exposições de trabalhos, entre outros e pretende-se que seja um ponto de encontro geracional entre as crianças, os jovens e os idosos dos centros residenciais e sociais.

Tipo de Intervenção		Área (m ²)
Área do território em estudo		1289328
Demolições		9544
Reabilitações		---
Construções Novas	Habituação Colectiva	24593
	Habituação Unifamiliar	21589
	Área total de habitação nova projectada	46182
Equipamentos	Pavilhão Desportivo	5000
	Ginásio	1000
	Centro Residencial e Social (capacidade para 40 idosos)	2000
	Centro Residencial e Social (capacidade para 40 crianças e/ou jovens)	2000
	Unidade de Saúde	1000
	Administração de serviços	500
	Creche	640
	Área total de equipamentos projectados	12140
Hortas Urbanas	68 talhões de 75m ² (cada)	5100
	17 talhões de 150m ² (cada)	2550
	Área total de hortas urbanas projectadas	7650
Parque Urbano		189613
Área Total de Intervenção		255585

Tabela 6 | Áreas de intervenção do projecto urbano

Capítulo IV | Considerações Finais

O presente Projecto Final de Mestrado pretendeu dar resposta a um problema de integração do território da Ameixoeira, sendo que esta é uma área urbana com realidades habitacionais diferenciadas que vão desde a génese ilegal, a zonas abrangidas pelo Plano Especial de Realojamento, à habitação a custos controlados, no contexto da cidade de Lisboa. O desafio de dar resposta a esta problemática exigiu observar e conhecer o território desde a sua génese e identificar as ameaças que continuam presentes e que constituem barreiras intra-comunitárias e extra-comunitárias.

Crê-se que, para quebrar o “pré-conceito”, exterior e generalizado projectado sobre esta área de intervenção era necessário que a própria área de intervenção constituísse um tecido coeso, homogéneo e autónomo onde os indivíduos se sentissem pertencentes a uma comunidade, critério que não se verifica actualmente. Desta forma, o projecto que integra a presente proposta propõe, numa primeira instância, esta coesão territorial subjacente como forma de resposta à falta de sentido de comunidade. Crê-se portanto que, com esta inversão no paradigma, ao ser cultivado nos indivíduos este sentido de pertença a uma comunidade, fundamentada com vista a um bem comum, se rompe o clima intra-comunitário de insegurança e insatisfação gerais, renovando a imagem extra-comunitária que transparece deste território. Por sua vez, tal irá possibilitar uma maior abertura e melhor integração deste tecido urbano na cidade.

A ausência de organização e administração espaciais em nada contribui para o bom funcionamento do território, trazendo consequentemente desvantagens, quer ao nível da relação entre os indivíduos, quer ao nível da interacção dos indivíduos com os espaços, acabando os próprios por desrespeitar aquela que é a sua “casa”. Desta forma, acredita-se que fomentar um sentido de comunidade nos indivíduos, aplicando este modelo e proposta, pode constituir um marco na consciencialização

comunitária acerca da preservação especialmente dos espaços públicos de uso colectivo.

Sendo que o objectivo deste Projecto Final de Mestrado seria responder à falta de integração social a partir dos vazios urbanos existentes no território, crê-se que se encontrou, com esta proposta, uma dupla resposta: em primeiro lugar e, como já vimos, resposta à inexistência de coesão territorial entre os núcleos habitacionais que compõem o território; em segundo lugar, resposta à falta de equipamentos e de serviços que faz desta área, uma área extremamente dependente de serviços extra territoriais o que, por sua vez, constitui actualmente uma adversidade para os outros equipamentos e serviços, tornando-os insuficientes para a elevada procura.

Apesar das respostas encontradas e das soluções propostas, esta é, porém, uma reflexão ainda em aberto. No entanto, não nos podemos esquecer de que cada território é avaliado individualmente por possuir uma entidade territorial, uma materialidade natural e uma organização social próprias. No entanto, continua a crê-se na importância de olhar para estas áreas urbanas de génese ilegal com um olhar responsável e transformador por forma a possibilitar que todos os indivíduos se sintam integrados e seguros onde escolheram habitar.

Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira de – Problemas da sociedade, problemas da sociologia. *In: Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), 1993 (4^o-5^o), 829-834)

ANJOS, Joana Silva dos – Isolamento, Transição e Partilha: Espaços de Interioridade Progressiva. Lisboa, 2013. Tese de Mestrado. Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa.

ANTUNES, Joel Junqueira – Projecto de Requalificação Urbana dos Bairros de Génese Ilegal das Galinheiras e dos Fetais. Lisboa, 2011. Tese de Mestrado. Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa.

ASCHER, François – Novos Compromissos Urbanos. Novos Princípios do Urbanismo. 2^a Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2010. ISBN 978-972-24-1670-2

BARRETO, António – A situação social em Portugal, 1960-1995. Lisboa, 1996. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

BARRETO, Eliana Casqueiro – Habitar em desassossegada permanência: uma solução de realojamento urbano transitório. Lisboa, 2011. Tese de Mestrado. Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa.

BOIEIRO, Joana Filipa Lopes – O bairro social ou se habita ou se evita: O urbanismo do PER em Lisboa, 2013. Tese de Mestrado. Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa.

BORDALO, Ana Cristina – Estruturas de habitação de vida em comunidade vocacionadas para as necessidades da pessoa idosa e o caso das aldeias-lar em Portugal. Lisboa, 2013. Tese de Doutoramento. Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa.

Câmara Municipal de LISBOA – Plano de Ação 21 e Estrutura de Monitorização, Bairro PER da Ameixoeira. Lisboa, 2012.

CEDRU - K'CIDADE, Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano (Ameixoeira). Avaliação Socioeconómica Intercalar - Relatório Final Preliminar. Lisboa, 2009.

COELHO, António Baptista; COELHO, Pedro Baptista – Habitação de Interesse Social em Portugal 1988-2005. 1ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 2009. ISBN 978-972-24-1655-9

COVAS, Joel – O Espaço Público como Elemento Agregador de uma AUGI. Lisboa, 2014. Tese de Mestrado. Faculdade de Arquitectura de Lisboa.

CRAVEIRO, Maria Teresa; DUARTE, Maria João. Programa de Acção Territorial para a Coroa Norte de Lisboa (Calçada de Carriche, Ameixoeira e Galinheiras) – Uma oportunidade adiada. VIII Congresso Ibérico de Urbanismo, *De um urbanismo de expansão a um urbanismo de contenção (as novas exigências ao nível da gestão urbanística)*. Covilhã, 2011.

FERNANDES, Joana – O Bairro na Cidade. Génese de Vida Social de Bairro nas Áreas Urbanas de Génese Ilegal. Lisboa, 2015. Tese de Mestrado. Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

HOUAISS, Anntônio *et alii* - *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2003, vol. I, p. 490.

INH (Instituto Nacional da Habitação); Câmara Municipal de Oeiras – Bairros Sociais. Novos Rumos. Novas Realidades. Oeiras, 1990.

INE (Instituto Nacional de Estatística). Censos 2001 – Resultados Definitivos, Lisboa. 4º vol.: Lisboa. ISBN 972-673-605-6

LE BERRE, M. (1992) – Territoires. *In Encyclopédie de Géographie* (dir. A. BAILLY ; R. FERRAS ; D. PUMAN), Economica : 617-638, Paris.

LIRA, José Tavares Correia de e VIDAL, Frédéric, “Bairro”, TOPALOV, Christian *et alli*, ed. - *L’Aventure des Mots de la Villae*

à travers le temps, les langues, les sociétés, Paris, Robert Laffont, 2010.

LYNCH, Kevin – A Imagem da Cidade. 2ª Edição. Lisboa: Edições 70, 2009. ISBN 978-972-44-1411-9

MACEDO, Gonçalo Furtado e Rosa – Reabilitação Urbana e Intervenção em centros históricos: alguns desafios e evolução de paradigmas em Portugal. Porto. Congresso Internacional *Portugal entre Desassossegos e Desafio*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

MOREIRA, Maria da Graça Santos Antunes - Requalificação urbana. Alguns conceitos básicos. Lisboa, 2007. Lisboa, 2007. *Artitextos*. 5.

MUMFORD, Lewis – A cidade na história – suas origens, transformações e perspectivas. 4ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998. ISBN 978-853-36-0847-4

RODRIGUES, Walter – Urbanidade e novos estilos de vida. Lisboa: ISCTE. *In: Sociologia – Problemas e práticas*, nº 12. Lisboa, 1992. Instituto Superior de Ciências e Tecnologias Empresariais, Instituto Universitário de Lisboa.

SALGUEIRO, Teresa Barata – A promoção habitacional e o 25 de Abril. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais* nº 18/19/20, Fevereiro 1986. Coimbra, 1986.

SANTOS, Filipa Viegas Serpa dos – Entre Habitação e Cidade - Lisboa, os projectos de promoção pública: 1910|2010. Lisboa 2015. Tese de Doutoramento. Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa.

SANTOS, Joana Rita da Cruz Ribeiro – Escola InJazz: Arquitectura de Integração numa perspectiva sustentável. Lisboa, 2011. Tese de Mestrado. Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa.

SANTOS, Margarida Antunes da Silva – Intervenções cirúrgicas no território e a revitalização urbana das cidades contemporâneas. Caso de estudo – Achada de Santo António

em Cabo Verde. Lisboa 2014. Tese de Mestrado. Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa.

SILVA, Ana Marina Ribeiro – Requalificação urbana: O exemplo da intervenção Polis em Leiria. Coimbra, 2011. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *In: Análise Social*, vol. XXVII (115), 1992 (1^o), 65-89.

Trienal de Arquitectura de Lisboa – Vazios Urbanos, Trienal de Arquitectura de Lisboa. 1^a Edição. Lisboa: Trienal de Arquitectura de Lisboa, 2007. ISBN 978-989-8010-86-5

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram...* Porto: Civilização, (1798) 1983, 2 vol.

Online

ALEGRIA, Maria Fernanda – A apresentação do território português em manuais de geografia
http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/_pdf/A10_15Out_Maria%20Alegria.pdf
[Consultado em: 12-05-2016]

Câmara Municipal de Lisboa. *Conceito urbanístico de reabilitação urbana*
<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/reabilitacao-urbana/incentivos-fiscais-e-operacionalizacao/conceito-urbanistico-de-reabilitacao-urbana>
[Consultado em: 17-11-2014]

Decreto-Lei nº 163/93 de 7 de Maio
http://www.oern.pt/documentos/legislacao/d_dl_dr/DL163_93.pdf
[Consultado em: 28-01-2016]

The Cohousing Assotiation of the United States – Creating Community, One Neighborhood at a Time - *What is cohousing?*

http://www.cohousing.org/what_is_cohousing

[Consultado em: 16-11-2014]

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. 2013. A polissemia da palavra Bairro. CEAAct, Estudo Prévio – Dossier Bairros em Lisboa CEAT/UAL

<http://www.estudoprevio.net/artigos/29/dossier-bairros-margarida-tavares-da-conceicao-.a-polissemia-da-palavra-bairro>

[Consultado em: 12-05-2016]

CRESPO, José Luís; MENDES, Maria Manuela; SÁ, Teresa; FERREIRA, Carlos Henriques – A cidade entre bairros. Lisboa 2012.

http://home.fa.ulisboa.pt/~mamendes/New%20Folder/miolo_Cidade%20entre%20Bairros_9.pdf

[Consultado em: 08-01-2016]

GEBALIS – *Dados da Empresa*

<http://www.gebalis.pt/Geral/SobreGebalis/DadosEmpresa/Paginas/DadosdaEmpresa.aspx>

[Consultado em: 01.06.2016]

K’CIDADE – Programa de Desenvolvimento Comunitário Urbano

https://www.facebook.com/KCIDADE-Programa-de-Desenvolvimento-Comunit%C3%A1rio-Urbano-168916363769/info/?tab=page_info

[Consultado em: 10-12-2015]

Lei nº 91/95, de 02 de Setembro

http://www.oern.pt/documentos/legislacao/L91_95.pdf

[Consultado em: 28-01-2016]

LUDA Project – *Report Case Study Area, Lisbon, Ameixoeira/Galinheiras area.*

http://www.luda-project.net/pdf/LUDA_D16_Lisbon.pdf

[Consultado em: 08-01-2016]

MATOS, Fátima – Mercado Habitacional e Construção Clandestina.

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1508.pdf>

[Consultado em: 12-05-2016]

NOVAS TEORIAS – *Vazios Urbanos.*

http://novasteorias.blogspot.pt/2009/03/vazios-urbanos_04.html

[Consultado em: 18-11-2014]

SALGUEIRO, Teresa Barata – Bairros Clandestinos na Periferia de Lisboa. Finisterra, Lisboa 1972.

<http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2281/1930>

[Consultado em: 28-01-2016]

SIGNIFICADOS – *Significado de Imigrante*

<http://www.significados.com.br/imigrante/>

[Consultado: 01-06-2016]

We-Traders: Troca-se crise por cidade. *We-Traders: Troca-se crise por cidade.*

<http://www.goethe.de/ins/be/prj/wet/zpr/ptindex.htm>

[Consultado em: 16-11-2014]

Anexos

Fotografias do Território da Ameixoeira



Figura 43 | Vista aérea do território da Ameixoeira



Figura 44 | Vista aérea do território da Ameixoeira



Figura 45 | Estrada Militar (Galinheiras)



Figura 46 | Rua de S. José à Charneca (Galinheiras)



Figura 47 | Acessos pedonais



Figura 48 | Espaços intersticiais entre edifícios de habitação colectiva



Figura 49 | Espaços intersticiais entre edifícios de habitação colectiva



Figura 50 | Estado de conservação do edificado, Estrada da Póvoa (Galinheiras)

Figura 51 | Estado de conservação do edificado, Estrada da Póvoa (Galinheiras)



Figura 52 | Estado de conservação do edificado, Estrada da Póvoa (Galinheiras)

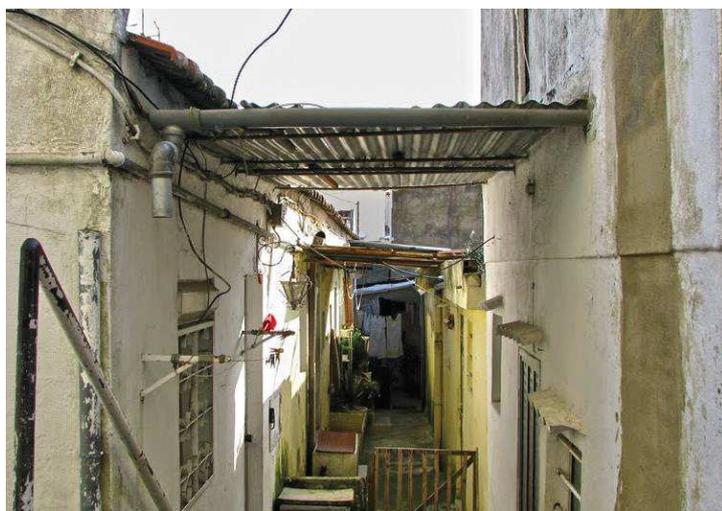


Figura 53 | Vila Gouveia (Galinheiras)





Figura 54 | Azinhaga das Galinheiras



Figura 55 | Rua do Bairro da Nova Brasília (Galinheiras)



Figura 56 | Recinto da Feira das Galinheiras



Figura 57 | Edificado devoluto



Figura 58 | Vazio urbano



Figura 59 | Vazio urbano



Figura 60 | Vazio urbano e vistas



Figura 61 | Vazio urbano e vistas

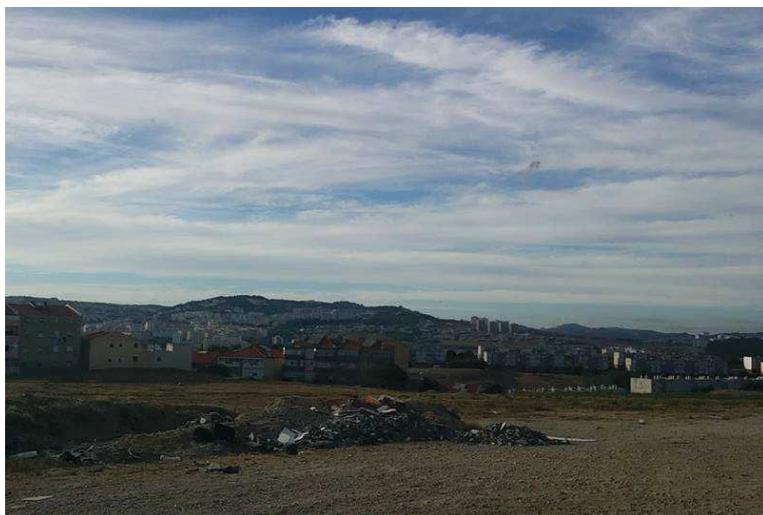
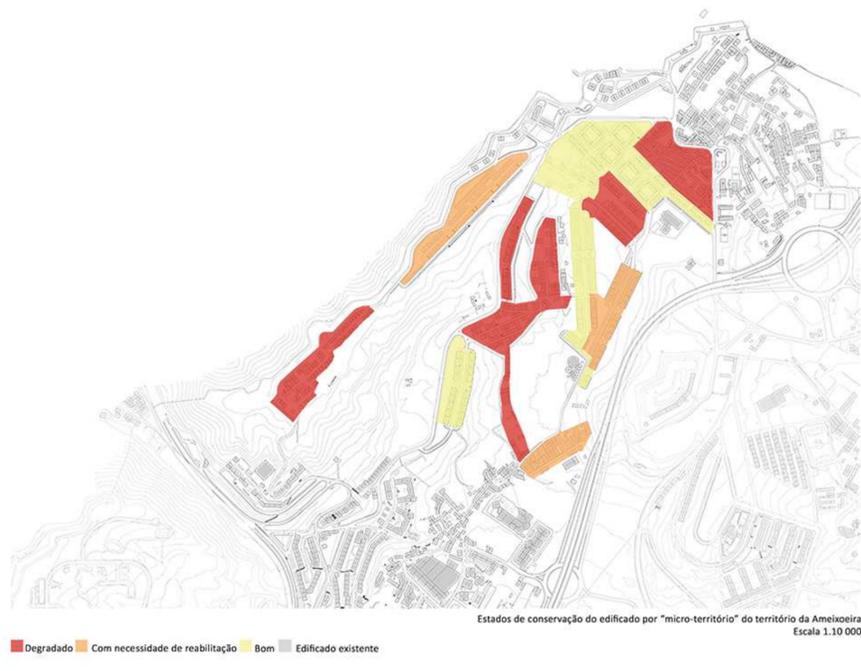
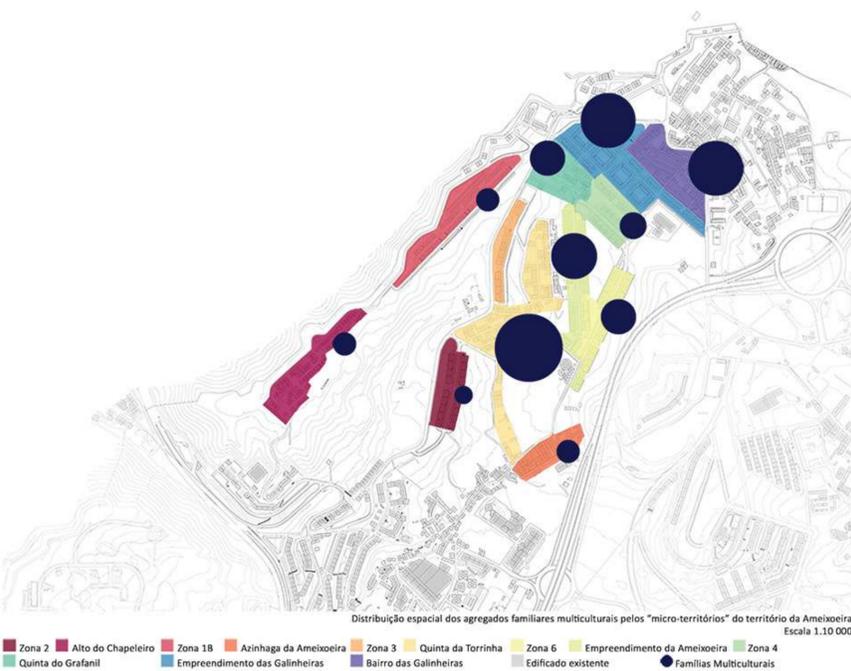
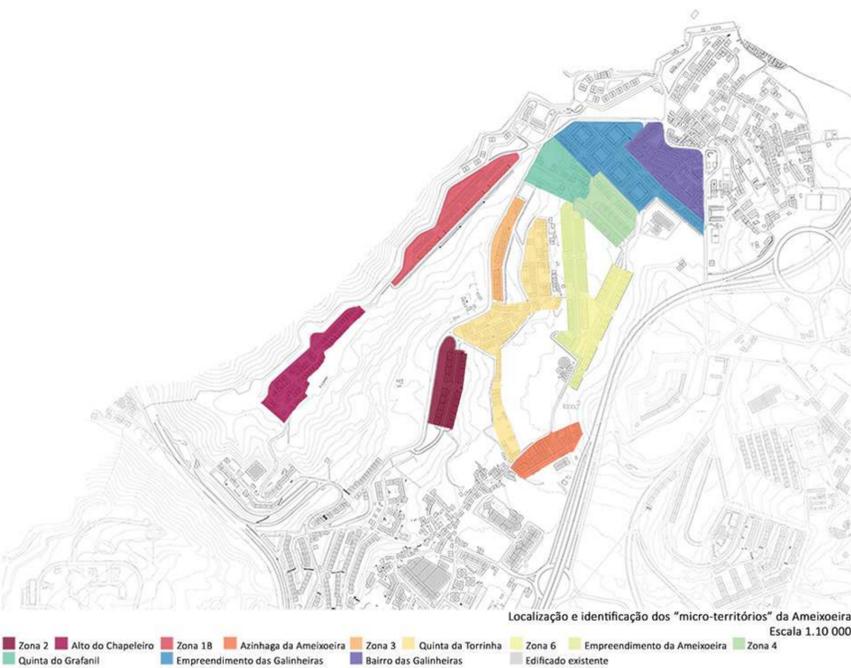


Figura 62 | Vazio urbano e vistas

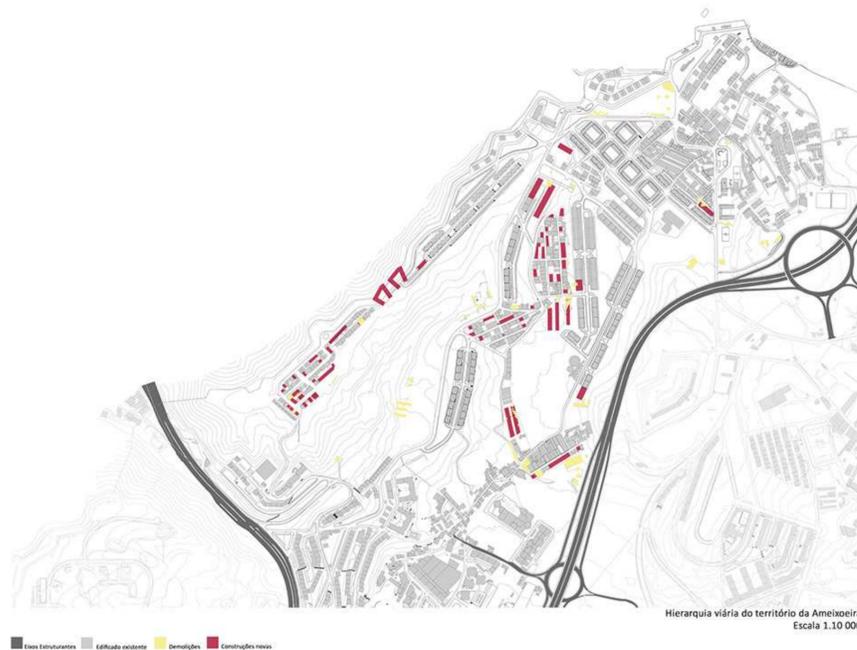
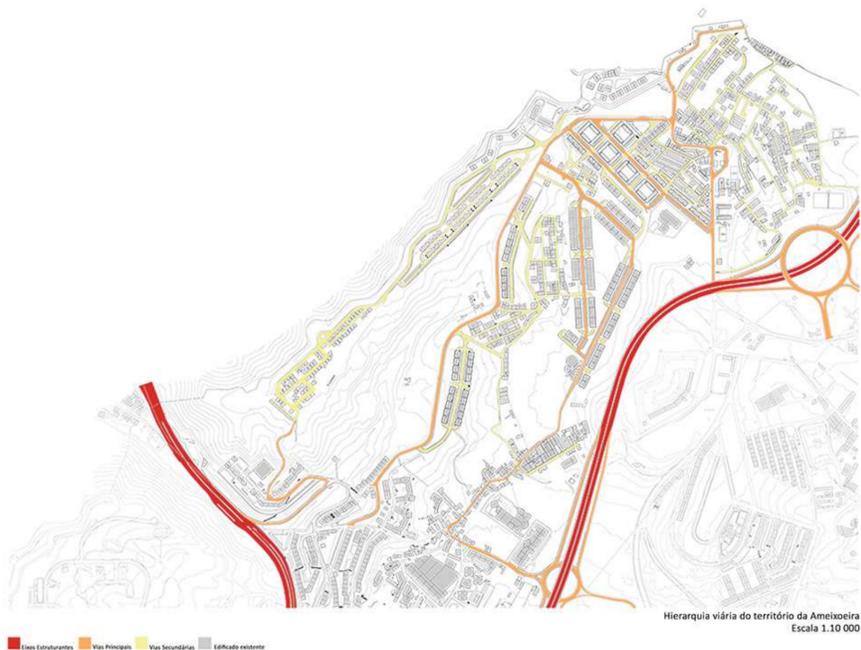
Painéis da Proposta de Intervenção no Território da Ameixoeira

HABITAR OS VAZIOS DA CIDADE

O URBANISMO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL. O CASO DA AMEIXOEIRA

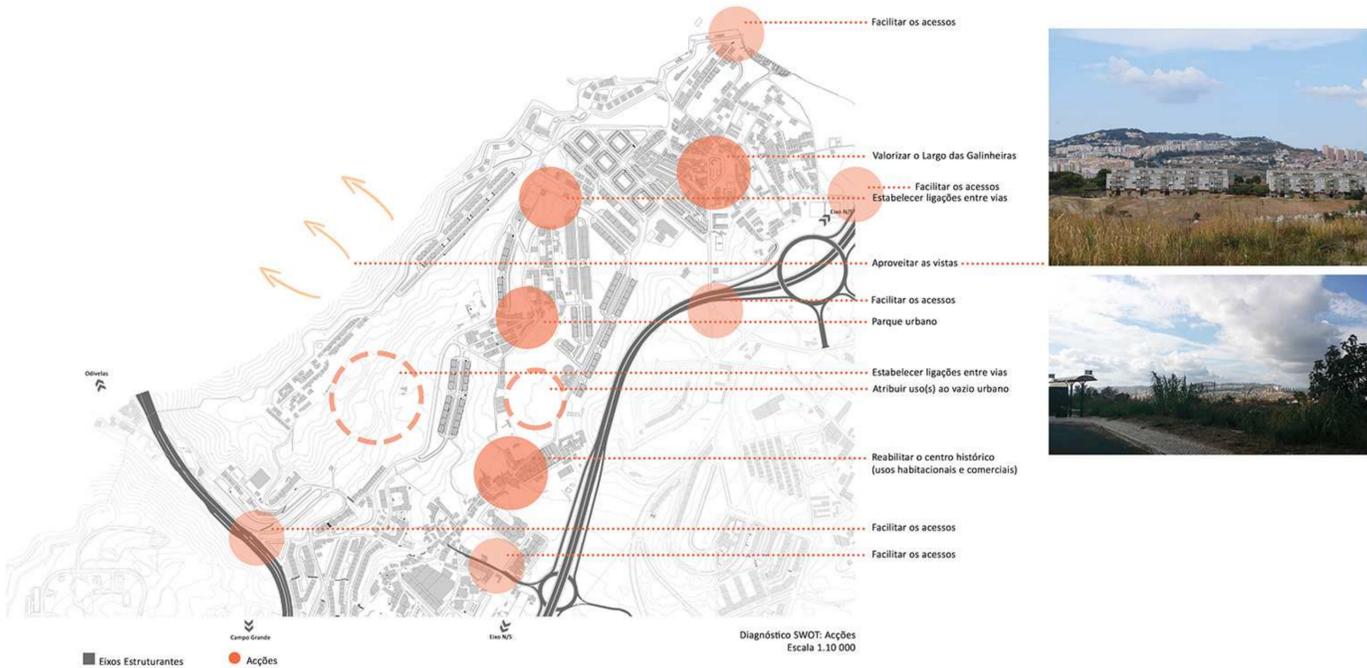
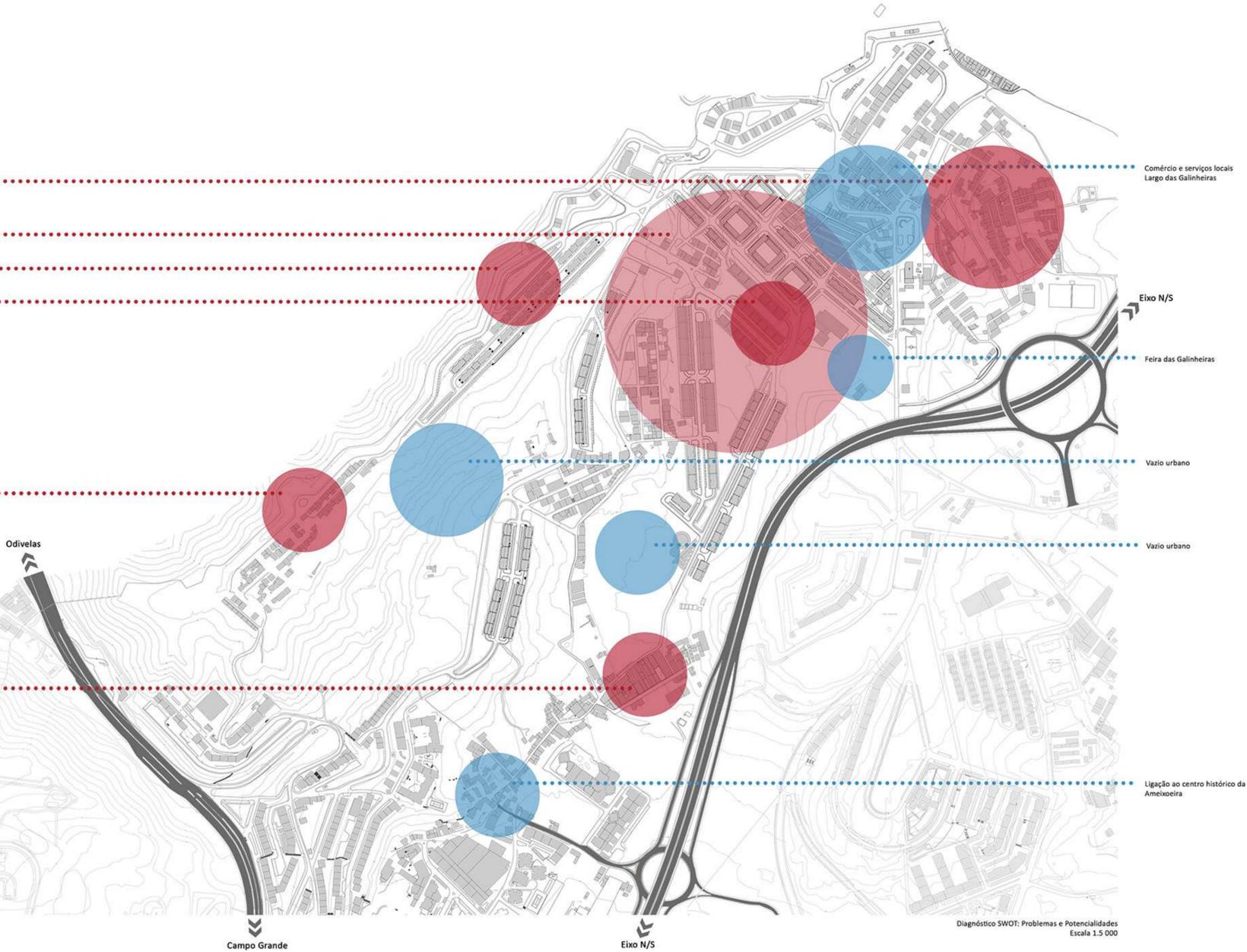


HABITAR OS VAZIOS DA CIDADE
 O URBANISMO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL. O CASO DA AMEIXOEIRA



Problemas de integração social

Isolamento
 Insegurança
 Mistura étnica



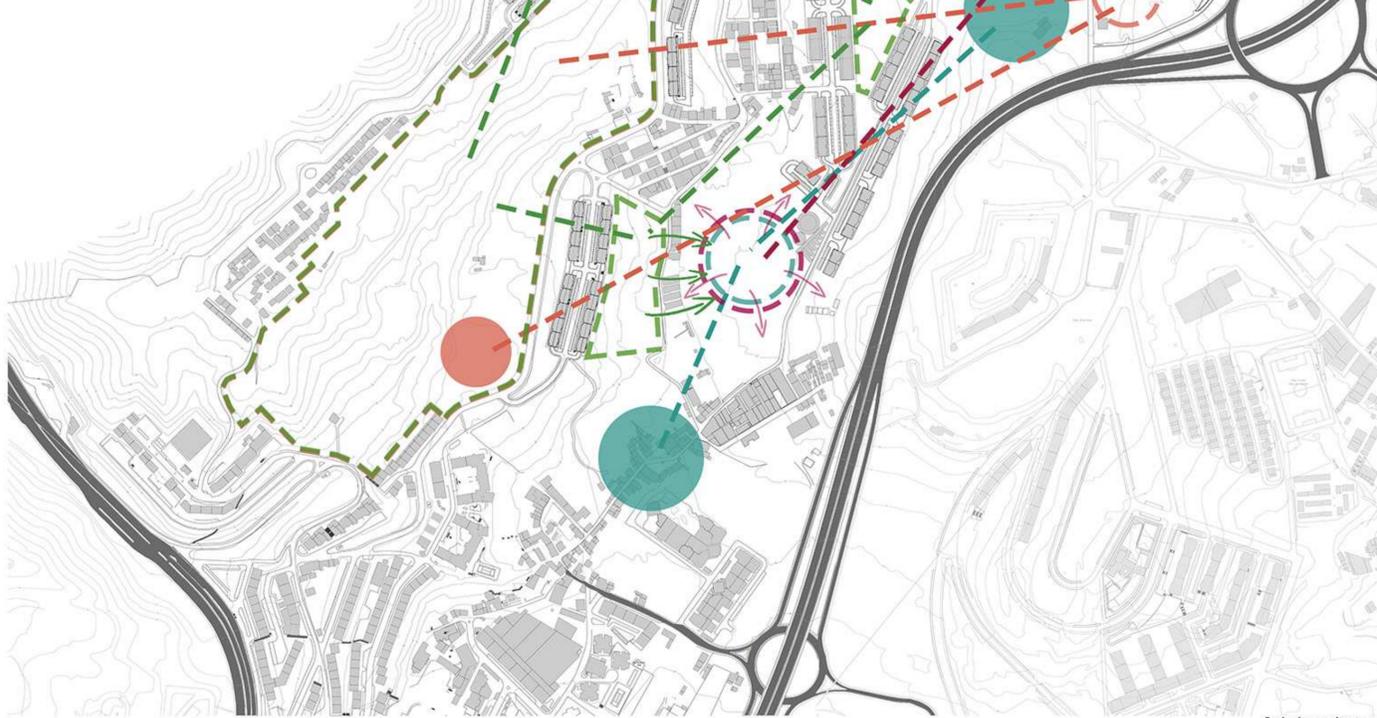
HABITAR OS VAZIOS DA CIDADE

O URBANISMO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL. O CASO DA AMEIXOEIRA



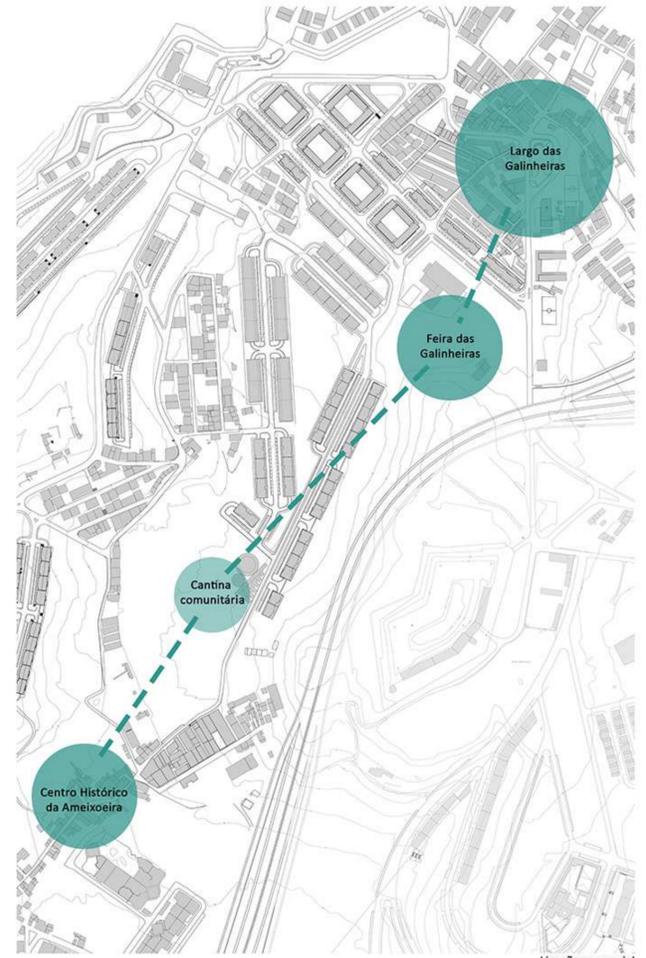
Espaços públicos / Espaços verdes
 Escala 1.10 000

- Eixos Estruturantes
- Edificado existente
- Espaços verdes
- Ligação verde



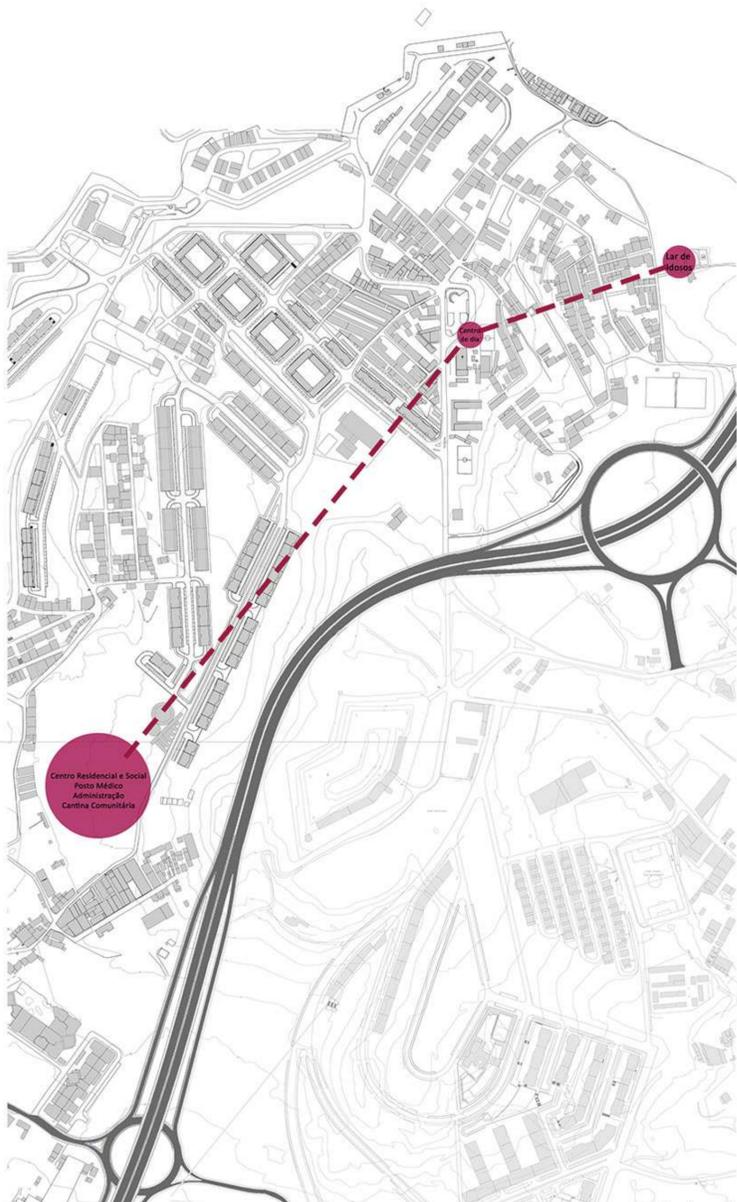
Rede de arquitectura
 Escala 1.5 000

- Eixos Estruturantes
- Edificado existente
- Ligação comercial
- Ligação desportiva
- Ligação social
- Espaços verdes



Ligação comercial
 Escala 1.5 000

- Edificado existente
- Pontos comerciais
- Ligação comercial



Ligação social
 Escala 1.5 000

- Eixos Estruturantes
- Edificado existente
- Pontos de apoio social
- Ligação Social



Ligação desportiva
 Escala 1.5 000

- Eixos Estruturantes
- Edificado existente
- Pontos desportivos
- Ligação desportiva

O URBANISMO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL. O CASO DA AMEIXOEIRA

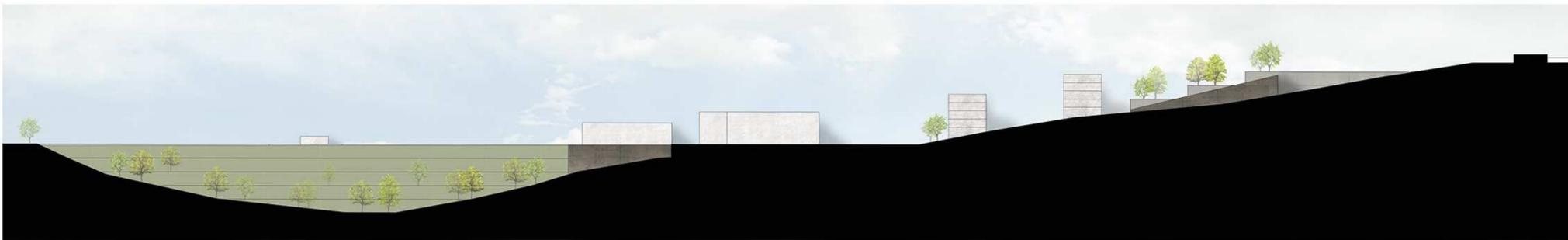


Numero	Uso	Area do Lote (m ²)	Area de Implantação Construção (m ²)	Area Bruta de Construção (m ²)	Cota de Solaria
1	Habituação Unifamiliar	153	76	152	95
2	Habituação Unifamiliar	149	91	182	96
3	Habituação Unifamiliar	158	96	192	97
4	Habituação Unifamiliar	148	63	125	98
5	Habituação Unifamiliar	147	52	104	98
6	Habituação Unifamiliar	148	57	114	98
7	Habituação Unifamiliar	159	78	156	94
8	Habituação Unifamiliar	153	61	122	98
9	Habituação Unifamiliar	152	67	134	94
10	Habituação Unifamiliar	132	71	142	95
11	Habituação Unifamiliar	184	66	132	95
12	Habituação Unifamiliar	151	75	142	98
13	Habituação Unifamiliar	145	74	148	98
14	Habituação Unifamiliar	124	67	134	97
15	Habituação Unifamiliar	122	66	132	97
16	Habituação Unifamiliar	123	66	132	97
17	Habituação Unifamiliar	123	66	132	97
18	Habituação Unifamiliar	123	66	132	97
19	Habituação Unifamiliar	123	66	132	97
20	Habituação Unifamiliar	123	66	132	97
21	Habituação Unifamiliar	123	66	132	97
22	Habituação Unifamiliar	124	65	130	97
23	Habituação Unifamiliar	222	98	196	97
24	Habituação Unifamiliar	280	139	278	94
25	Habituação Unifamiliar	350	167	334	95
26	Habituação Unifamiliar	301	148	296	95
27	Habituação Unifamiliar	134	61	127	93
28	Habituação Unifamiliar	163	85	170	99
29	Habituação Unifamiliar	163	100	200	99
30	Habituação Unifamiliar	130	73	146	99
31	Habituação Unifamiliar	124	69	138	99
32	Habituação Unifamiliar	125	70	140	99
33	Habituação Unifamiliar	124	69	138	99
34	Habituação Unifamiliar	125	70	140	99
35	Habituação Unifamiliar	125	70	140	99
36	Habituação Unifamiliar	125	70	140	99
37	Habituação Unifamiliar	125	70	140	99
38	Habituação Unifamiliar	124	69	138	99
39	Habituação Unifamiliar	125	70	140	99
40	Habituação Unifamiliar	125	70	140	99
41	Habituação Unifamiliar	125	70	140	99
42	Habituação Unifamiliar	227	113	226	99
43	Habituação Unifamiliar	232	115	235	99
44	Comércio + Habitação Coletiva	2308	1100	5989	100
45	Piso térreo: Espaço Comercial (1000 m ²) Piso superior: Comércio + Habitação Coletiva	1387	1000	4615	101
46	Piso térreo: Espaço Comercial (1000 m ²) Piso superior: Comércio + Habitação Coletiva	305	305	1220	101
47	Piso térreo: Espaço Comercial (1000 m ²) Piso superior: Comércio + Habitação Coletiva	227	96	192	91
48	Habituação Unifamiliar	359	128	256	93
49	Habituação Unifamiliar	295	90	180	91
50	Habituação Unifamiliar	277	91	182	91
51	Habituação Unifamiliar	181	90	180	94
52	Habituação Unifamiliar	247	115	270	94
53	Habituação Unifamiliar	213	127	254	95
54	Habituação Unifamiliar	181	135	214	95
55	Habituação Unifamiliar	171	75	150	99
56	Habituação Unifamiliar	183	89	178	93
57	Comércio + Habitação Coletiva	810	810	3340	95
58	Comércio + Habitação Coletiva	1346	1346	5384	95
59	Piso térreo: Espaço Comercial (1000 m ²) Piso superior: Comércio + Habitação Coletiva	102	62	214	106
60	Piso térreo: Espaço Comercial (1000 m ²) Piso superior: Comércio + Habitação Coletiva	228	90	140	106
61	Habituação Unifamiliar	129	57	114	105
62	Habituação Unifamiliar	123	50	100	106
63	Habituação Unifamiliar	153	69	138	106
64	Habituação Unifamiliar	172	88	178	106
65	Habituação Unifamiliar	142	64	128	106
66	Habituação Unifamiliar	234	68	158	102
67	Habituação Unifamiliar	240	74	148	101
68	Habituação Unifamiliar	240	74	148	101
69	Habituação Unifamiliar	240	74	148	101
70	Habituação Unifamiliar	240	74	148	101
71	Habituação Unifamiliar	240	74	148	101
72	Habituação Unifamiliar	240	74	148	101
73	Habituação Unifamiliar	240	74	148	101
74	Habituação Unifamiliar	240	74	148	101
75	Habituação Unifamiliar	166	52	104	109
76	Habituação Unifamiliar	168	55	110	109
77	Habituação Unifamiliar	170	58	115	107
78	Habituação Unifamiliar	172	61	120	107
79	Habituação Unifamiliar	174	63	126	106
80	Habituação Unifamiliar	163	75	150	108
81	Habituação Unifamiliar	273	64	138	109
82	Habituação Unifamiliar	277	64	138	109
83	Habituação Unifamiliar	277	64	138	109
84	Habituação Unifamiliar	208	106	212	114
85	Habituação Unifamiliar	210	100	216	114
86	Habituação Unifamiliar	213	110	220	114
87	Habituação Unifamiliar	152	80	185	114
88	Habituação Unifamiliar	152	80	185	114
89	Habituação Unifamiliar	232	84	168	111
90	Habituação Unifamiliar	280	67	463	115
91	Habituação Unifamiliar	579	579	6953	115
92	Habituação Unifamiliar	171	74	148	107
93	Habituação Unifamiliar	171	74	148	107
94	Habituação Unifamiliar	171	74	148	107
95	Habituação Unifamiliar	171	74	148	107
96	Habituação Unifamiliar	171	74	148	107
97	Habituação Unifamiliar	222	74	148	109
98	Habituação Unifamiliar	171	74	148	106
99	Habituação Unifamiliar	171	74	148	106
100	Habituação Unifamiliar	171	74	148	107
101	Habituação Unifamiliar	171	74	148	107
102	Habituação Unifamiliar	171	74	148	106
103	Habituação Unifamiliar	171	74	148	106
104	Habituação Unifamiliar	171	74	148	110
105	Habituação Unifamiliar	171	74	148	109
106	Habituação Unifamiliar	171	74	148	109
107	Habituação Unifamiliar	171	74	148	109
108	Habituação Unifamiliar	171	74	148	109
109	Habituação Unifamiliar	171	74	148	109
110	Habituação Unifamiliar	171	74	148	109
111	Habituação Unifamiliar	171	74	148	109
112	Habituação Coletiva	617	617	4958	124
113	Habituação Coletiva	206	109	131	106
114	Habituação Unifamiliar	174	72	144	108
115	Habituação Unifamiliar	160	77	154	109
116	Habituação Unifamiliar	174	72	144	108

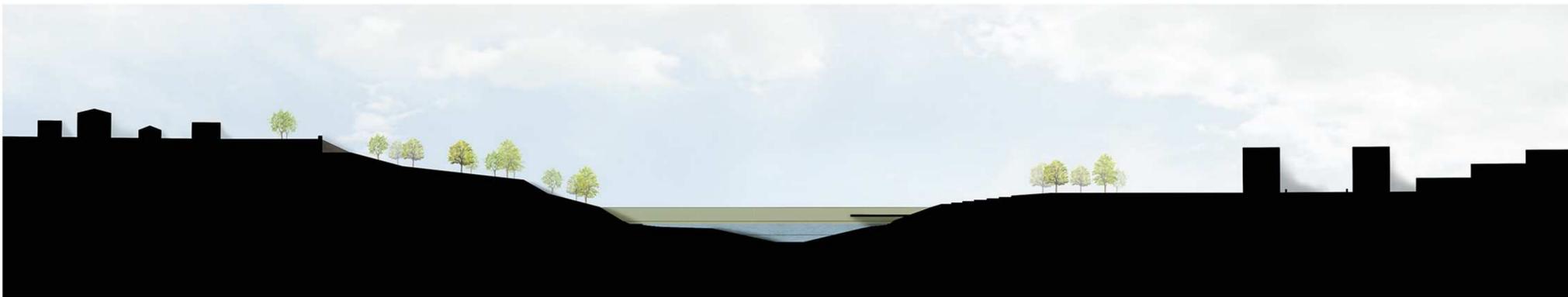
Numero	Uso	Area do Lote (m ²)	Area de Implantação Construção (m ²)	Area Bruta de Construção (m ²)	Cota de Solaria
118	Habituação Unifamiliar	160	77	154	109
119	Habituação Unifamiliar	174	72	144	108
120	Habituação Unifamiliar	160	77	154	109
121	Habituação Unifamiliar	160	77	154	109
122	Habituação Unifamiliar	160	77	154	109
123	Habituação Unifamiliar	174	72	144	108
124	Habituação Unifamiliar	160	77	154	109
125	Habituação Unifamiliar	174	72	144	108
126	Habituação Unifamiliar	160	77	154	109
127	Habituação Unifamiliar	168	84	168	109
128	Habituação Unifamiliar	135	74	148	108
129	Habituação Unifamiliar	137	76	152	109
130	Habituação Unifamiliar	138	79	158	109
131	Habituação Unifamiliar	138	79	158	109
132	Habituação Unifamiliar	143	79	168	112
133	Habituação Unifamiliar	139	78	156	112
134	Habituação Unifamiliar	140	80	160	113
135	Habituação Unifamiliar	140	81	162	113
136	Habituação Unifamiliar	140	81	162	113
137	Habituação Unifamiliar	142	83	166	114
138	Habituação Unifamiliar	142	74	148	115
139	Habituação Unifamiliar	143	85	170	116
140	Habituação Unifamiliar	155	73	146	120
141	Habituação Unifamiliar	158	76	150	120
142	Habituação Unifamiliar	640	640	1200	128
143	Habituação Coletiva	6378	5000	5000	135
144	Feira das Galinhas	12892	12892	12892	140
145	Unidade de Saúde	3848	3848	3848	111
146	Administração de Serviços Centro Residencial e Social para idosos (capacidade: 40 idosos)	8825	1000	2000	116
147	Centro Residencial e Social para idosos (capacidade: 40 idosos)	6522	1000	2000	116
148	Heres Urbana	16600	7650	7650	95-110
149	Parque Urbano	188722	188722	188722	45-100
150	Parque Infantil	285	285	285	94
151	Parque Infantil	495	495	495	125
152	Parque Infantil	500	500	500	90
153	Parque Infantil	500	500	500	90
154	Parque Infantil	75	75	75	75
155	Parque Infantil	75	75	75	75

Tabela de áreas do projecto urbano

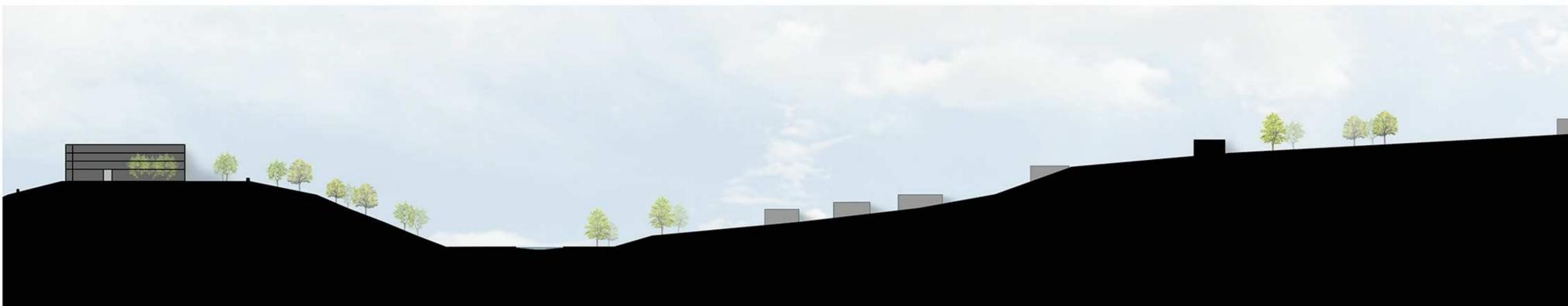
HABITAR OS VAZIOS DA CIDADE
O URBANISMO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL. O CASO DA AMEIXOEIRA



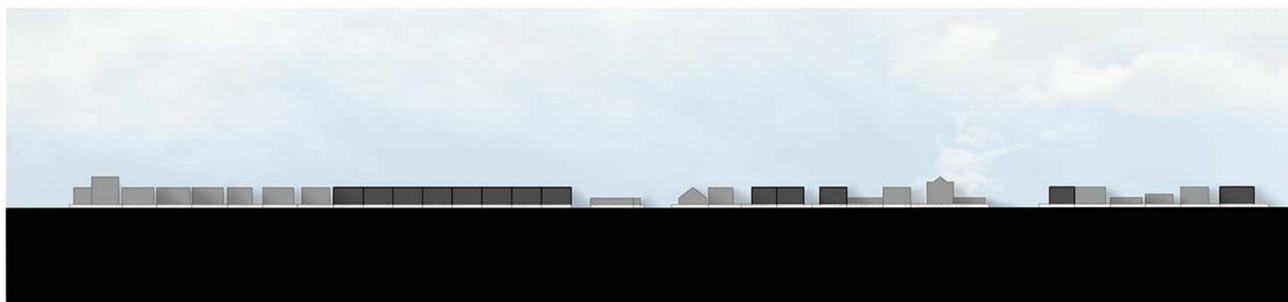
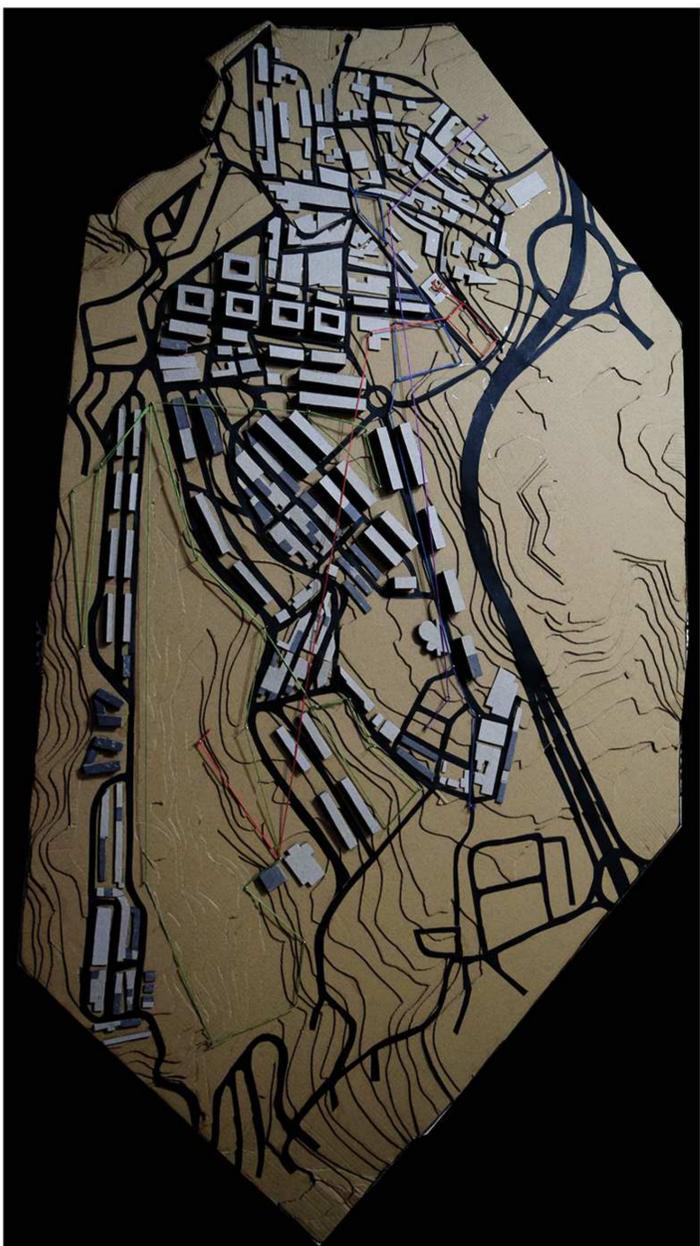
Corte AA'
Escala 1.1.000



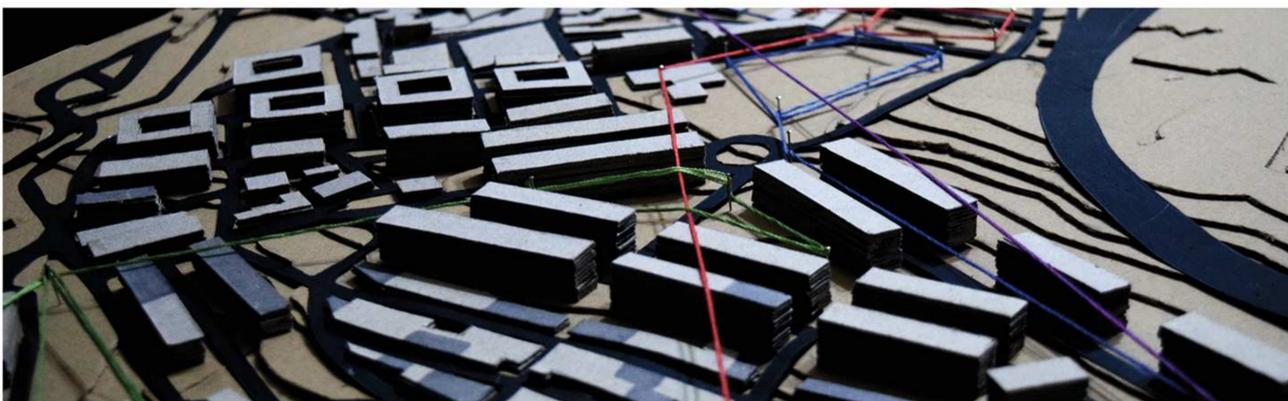
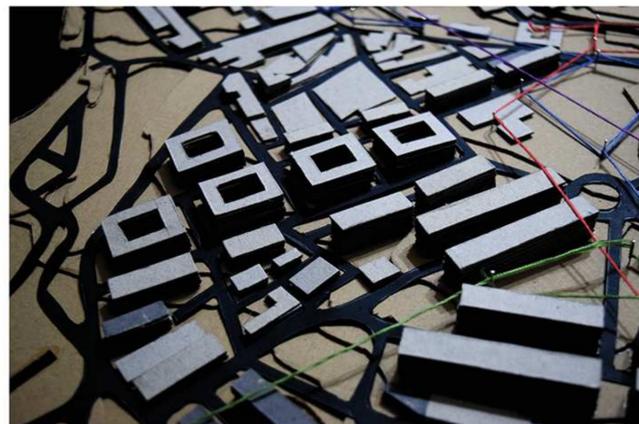
Corte BB'
Escala 1.1.000



Corte CC'
Escala 1.1.000



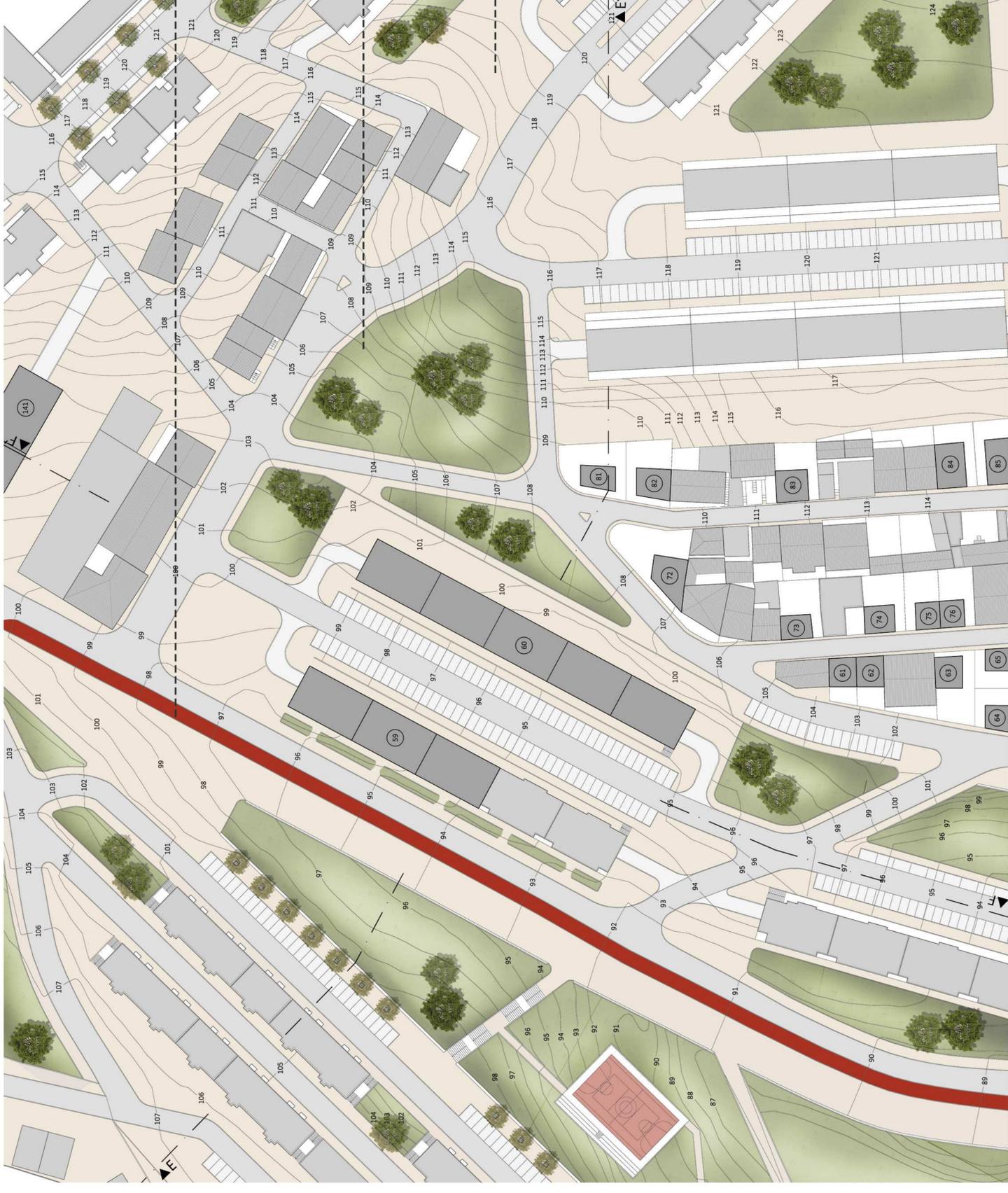
Corte DD'
Escala 1.1.000



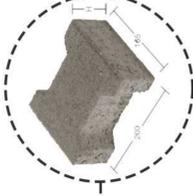
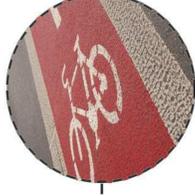
Maquete
Escala 1.2.000

O URBANISMO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL. O CASO DA AMEIXOIRA

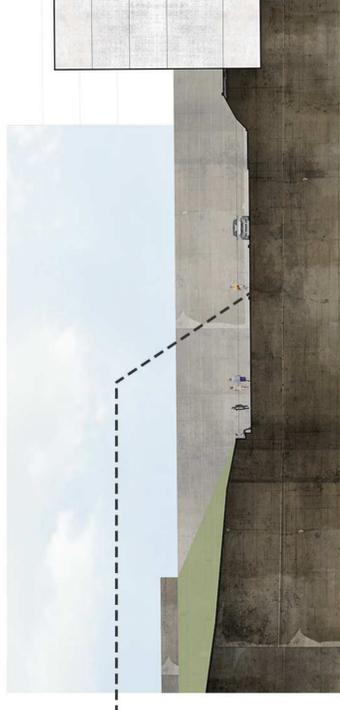
HABITAR OS VAZIOS DA CIDADE



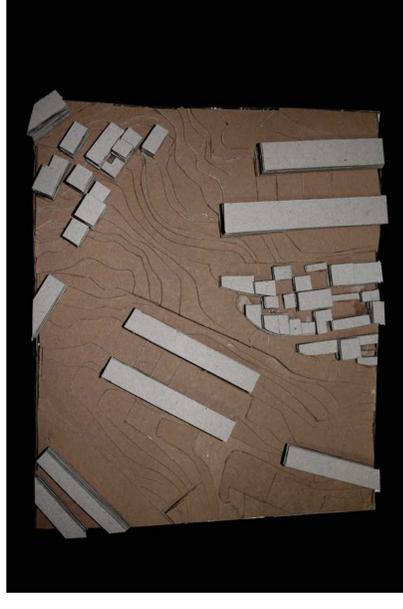
Planta Zona 1
Escala 1:500



Revestimento: L. Soplacas
 Cor standard: Cinzento.
 Outras cores: Branco, Amarelo, Ocre, Encarnado, Verde e Preto
 DIMENSÕES (cm):
 100 x 160 x 6 cm
 Ref. 266-16.5 x 20 x 8 cm
 Qtd./m²: 35 unidades



Pormenor da calçada
Escala 1:500



Maquete Zona 1
Escala 1:1.000



Corte EE
Escala 1:500



Corte FF
Escala 1:500



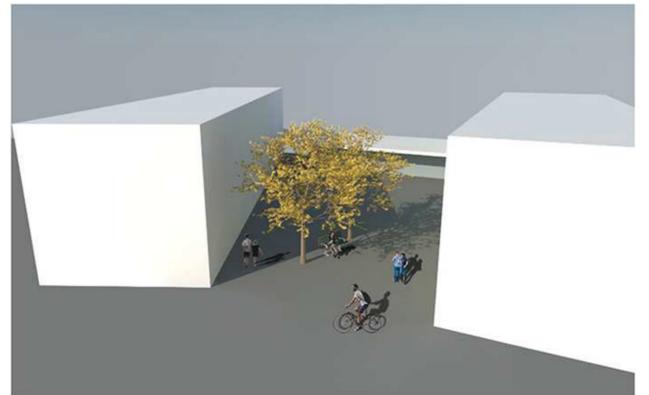
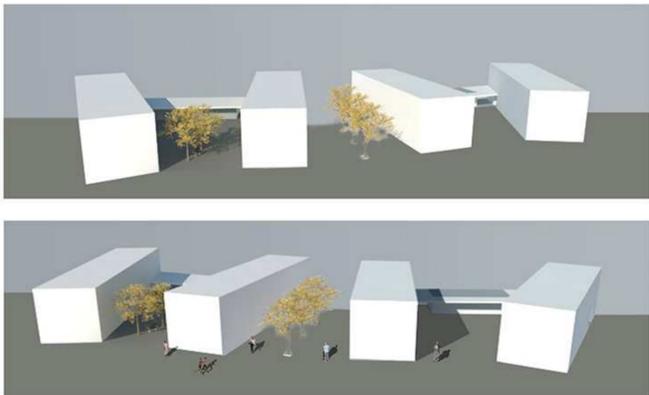
HABITAR OS VAZIOS DA CIDADE
O URBANISMO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL. O CASO DA AMEIXOEIRA



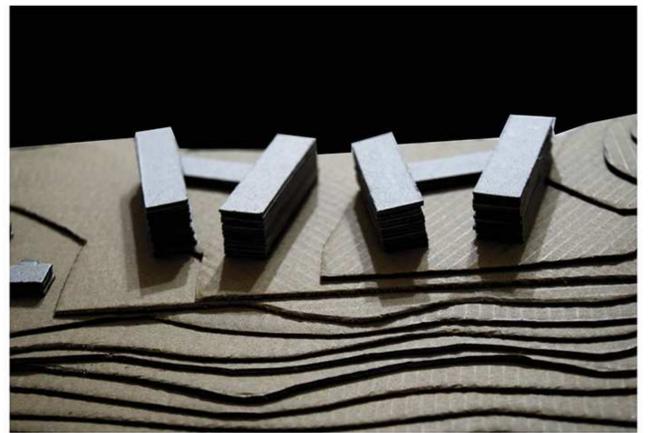
Corte HH'
Escala 1.500



Corte II'
Escala 1.200

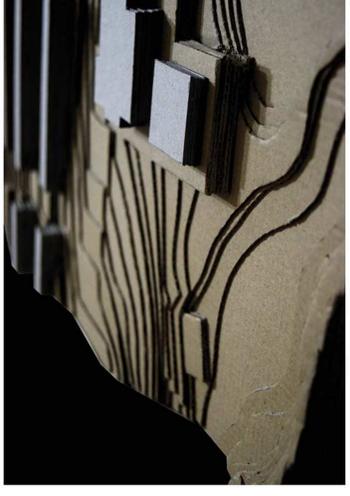
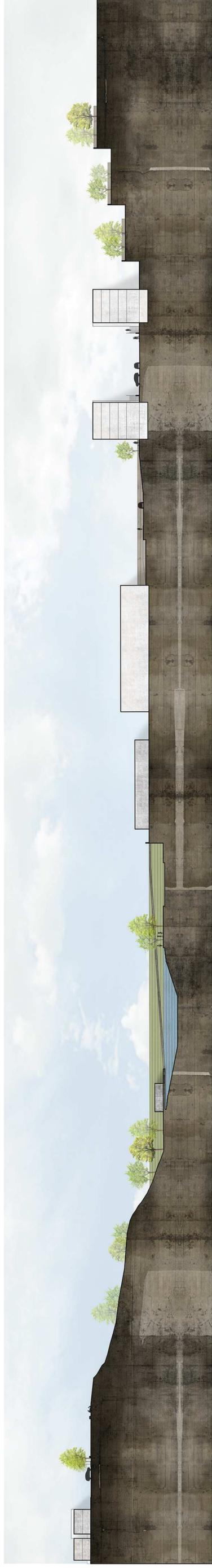


Modelo virtual



Maquete
Escala 1.1.000

HABITAR OS VAZIOS DA CIDADE
O URBANISMO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL. O CASO DA AMEIXOEIRA



Fotografias das Maquetes

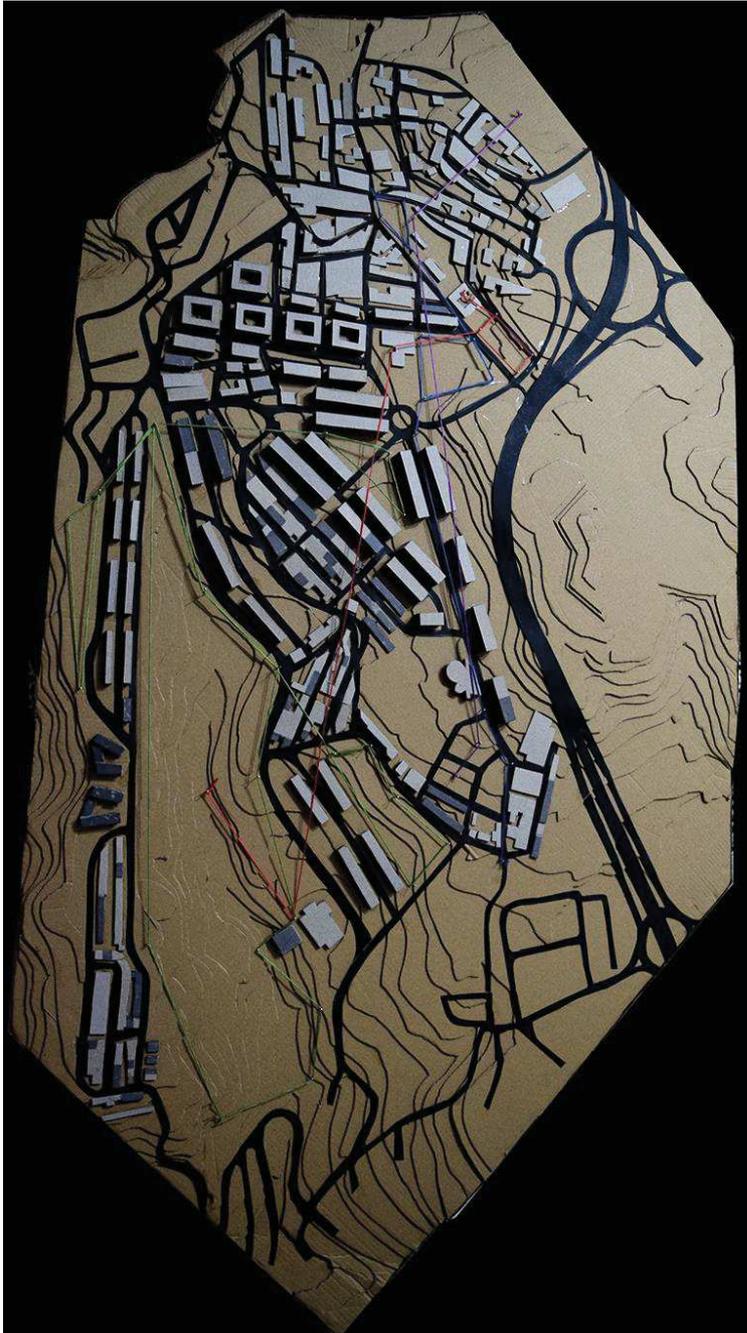


Figura 63 | Maquete do território em intervenção (escala 1.2000)

Figura 64 | Maquete do território em intervenção (escala 1.2000)



Figura 65 | Maquete do território em intervenção (escala 1.2000)

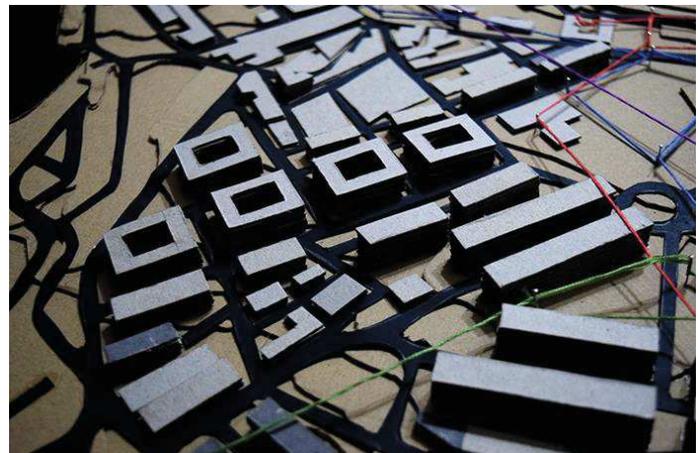
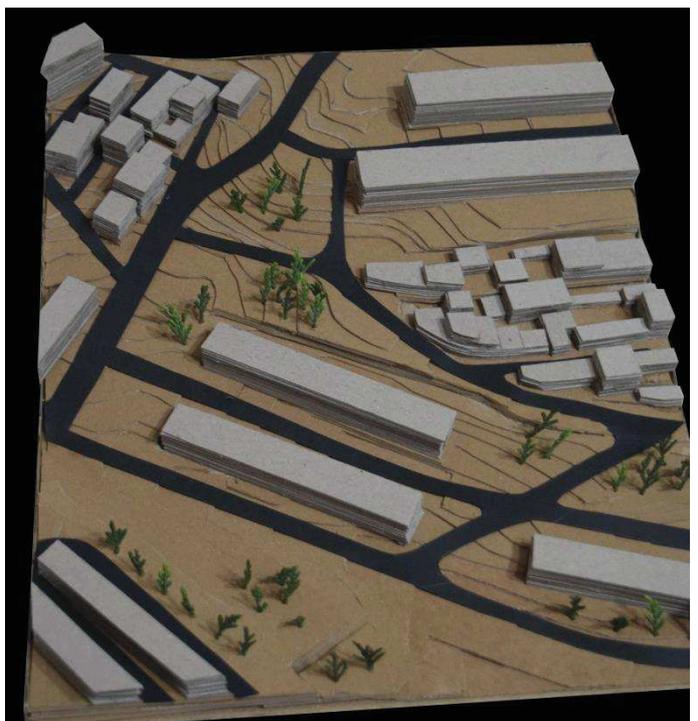


Figura 66 | Maquete de aproximação à zona de intervenção 1 (escala 1.1000)



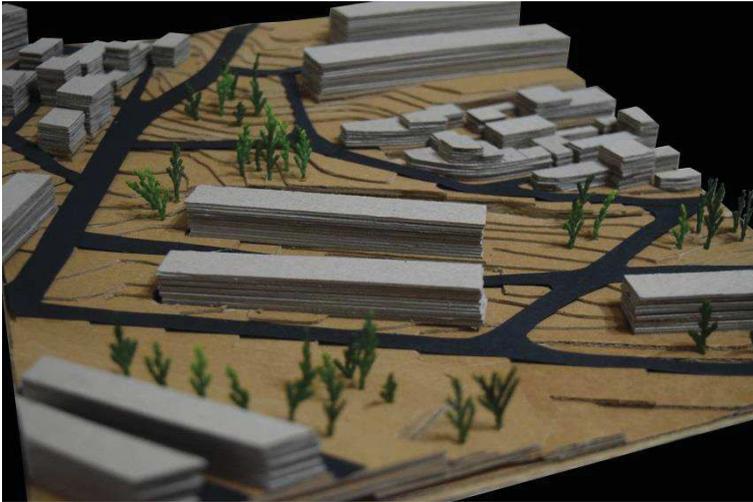


Figura 67 | Maquete de aproximação à zona de intervenção 1 (escala 1.1000)



Figura 68 | Maquete de aproximação à zona de intervenção 2 (escala 1.1000)

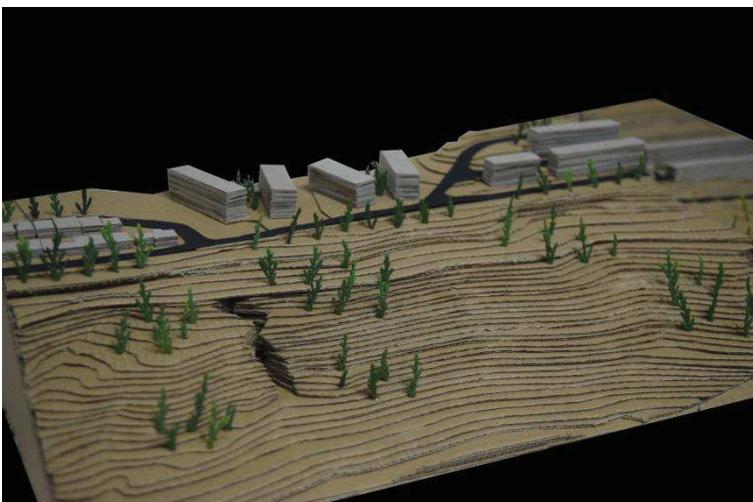


Figura 69 | Maquete de aproximação à zona de intervenção 2 (escala 1.1000)

Figura 70 | Maquete de aproximação à zona de intervenção 3 (escala 1.1000)

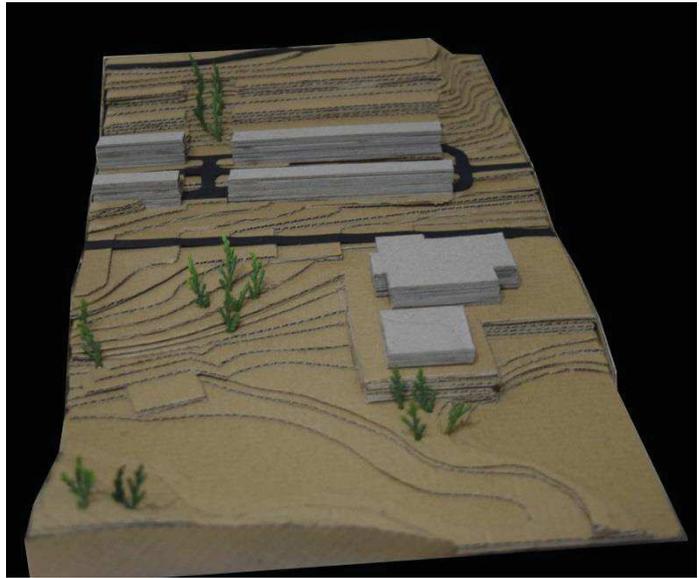


Figura 71 | Maquete de aproximação à zona de intervenção 3 (escala 1.1000)

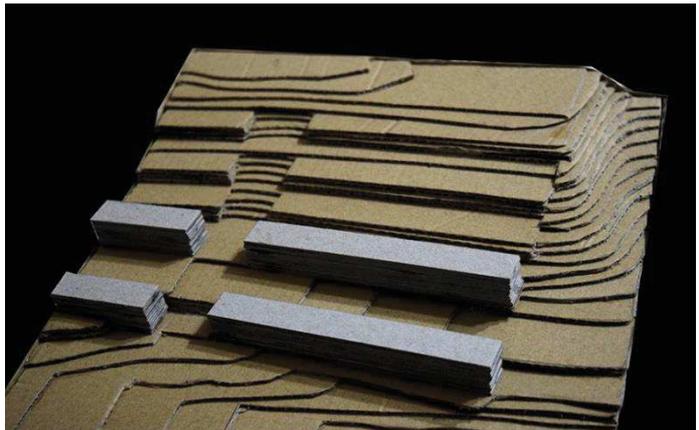


Figura 72 | Maquete de aproximação à zona de intervenção 3 (escala 1.1000)

